



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO – UFMA
CAMPUS SÃO BERNARDO
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS - SOCIOLOGIA

ALINE SILVA ALBUQUERQUE

EDUCAÇÃO E INCLUSÃO: uma análise do processo de inclusão de crianças especiais na
Escola Municipal Prefeito José Ferreira de Sousa

SÃO BERNARDO – MA

2020

ALINE SILVA ALBUQUERQUE

EDUCAÇÃO E INCLUSÃO: uma análise do processo de inclusão de crianças especiais na
Escola Municipal Prefeito José Ferreira de Sousa

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Ciências Humanas – Sociologia, da Universidade Federal do Maranhão, Campus São Bernardo, para obtenção do grau de Licenciado em Ciências Humanas - Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Washington Tourinho Junior.

São Bernardo – MA

2020

Silva albuquerque, Aline.

EDUCAÇÃO E INCLUSÃO : Uma análise do processo de inclusão de crianças especiais na escola Unidade Integrada Dr. Gastão Dias Vieira / Aline Silva albuquerque. - 2020. 100 f.

Orientador(a): Washington Tourinho Junior.

Monografia (Graduação) - Curso de Ciências Humanas - Sociologia, Universidade Federal do Maranhão, São Bernardo Maranhão, 2020.

1. Desafios. 2. Educação Inclusiva. 3. Metodologias. 4. Processo Inclusivo. I. Tourinho Junior, Washington. II. Título.

ALINE SILVA ALBUQUERQUE

EDUCAÇÃO E INCLUSÃO: uma análise do processo de inclusão de crianças especiais na
Escola Municipal Prefeito José Ferreira de Sousa

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Ciências Humanas – Sociologia, da Universidade Federal do Maranhão, Campus São Bernardo, para obtenção do grau de Licenciado em Ciências Humanas - Sociologia.

Orientador: Prof^o. Dr. Washington Tourinho Junior.

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof^o. Dr. Washington Tourinho Junior (Orientador)
Universidade Federal do Maranhão - UFMA

Prof^o. Dr. Josenildo Campos Brussio (1^o Examinador)
Universidade Federal do Maranhão - UFMA

Prof^o. Dr. Thiago Pereira Lima (2^o Examinador)
Universidade Federal do Maranhão - UFMA

A Deus, por agraciar-me com o dom da vida e, permanecer junto a mim nos momentos de dificuldade, assim como, nas ocasiões de alegrias. A Ele minha gratidão.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por me fortalecer nos momentos de angústias, me ensinando a perseverar e acreditar na vitória. Sei que sempre está junto a mim, transmitindo seu amor e sua sabedoria, me encaminhando rumo à concretização deste sonho.

Agradeço a minha família, aos meus amados pais, Lígia Oliveira Silva Albuquerque e Francisco Silva Albuquerque, aos meus queridos irmãos Anastácio Silva Albuquerque e Armando Silva Albuquerque, por todo o amor e apoio que me forneceram no decorrer desta trajetória acadêmica. Assim como, em todos os momentos de minha existência, amo vocês.

Agradeço ao meu namorado, meu amor Taison P. Lima, por todo o amor, compreensão, companheirismo e apoio durante essa minha caminhada. Obrigado por permanecer junto a mim, mesmo diante das adversidades da vida. Amo-te!

Aos meus queridos amigos, Juliana Moraes e André Trindade, vocês me ensinaram o real valor da amizade. Vocês foram meus fiéis parceiros nesta caminhada, vivenciando as angústias e alegrias da vida acadêmica. Obrigado meus amigos.

Um agradecimento especial ao orientador, o professor Dr. Washington Tourinho Júnior. Obrigado pela paciência nas orientações e, ensinamentos que foram de extrema importância para a concretização deste trabalho, assim como, para minha formação profissional.

Agradeço a todos os professores do curso de Licenciatura em Ciências Humanas/Sociologia, por todo o aprendizado transmitido em suas aulas. Sou grata pelo comprometimento dos mesmos para com o meu processo de formação profissional.

Enfim, sou grata a todos (a) que direta ou indiretamente colaboraram para a realização deste sonho, aqui fica meu muito obrigado.

"Inclusão é o privilégio de conviver com as
diferenças".

Mantoan

RESUMO

O estudo em foco consiste em uma reflexão sobre o processo inclusivo de crianças especiais no ensino regular, na Escola Municipal Prefeito José Ferreira de Sousa, localizada no povoado Currais, zona rural do município de São Bernardo – MA. Realizando uma análise das possibilidades e desafios da inclusão de crianças necessidades especiais, esta pesquisa investiga as metodologias utilizadas em salas de aulas, dos recursos disponíveis na escola, da forma de construção do conhecimento que atenda ao modelo educacional inclusivo. Para composição do corpus teórico da pesquisa se constitui com os estudos de Aranha (2005), Carvalho (2007), Corrent (2019), Dellani (2012), Diniz (2009), Farias; Lopes (2015), Dupont Ló (2010), Frias; Menezes (2008) dentre outros. Para a coleta de dados fez-se uso de uma pesquisa de cunho qualitativo por meio de um estudo de campo na Escola Municipal Prefeito José Ferreira de Sousa, localizada na zona rural do município de São Bernardo – MA, o estudo foi realizado com seis (6) participantes, dentre eles, professores, diretora da instituição e supervisora pedagógica do município. Com base nos dados que foram coletados percebe-se que, a adoção de um modelo inclusivo pela escola exige o desenvolvimento de ações receptivas, que provoquem a interação entre as crianças e profissionais que participam deste processo. Desse modo, torna-se importante criar espaços inclusivos que venham oferecer atendimento de qualidade as crianças.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Processo Inclusivo. Metodologias. Desafios.

ABSTRACT

The study in focus consists of a reflection on the inclusive process of special children in regular education, at Municipal School Mayor José Ferreira de Sousa, located in the village of Currais, rural area of the municipality of São Bernardo - MA. Conducting an analysis of the possibilities and challenges of including children with special needs, this research investigates the methodologies used in classrooms, the resources available at school, the way of building knowledge that meets the inclusive educational model. For the composition of the theoretical corpus of the research it is constituted with the studies of Aranha (2005), Carvalho (2007), Corrent (2019), Dellani (2012), Diniz (2009), Farias; Lopes (2015), Dupont Ló (2010), Frias; Menezes (2008) among others. For data collection, a qualitative research was used through a field study at the Municipal School Mayor José Ferreira de Sousa, located in the rural area of the municipality of São Bernardo - MA, the study was carried out with six (6) participants, among them, teachers, director of the institution and pedagogical supervisor of the municipality. Based on the data that was collected, it is clear that the adoption of an inclusive model by the school requires the development of receptive actions, which provoke the interaction between children and professionals who participate in this process. Thus, it is important to create inclusive spaces that will offer quality care to children.

Keywords: Inclusive Education. Inclusive process. Methodologies Challenges.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Quadro de alunos.	50
Tabela 2 – Relação dos funcionários da escola.	51

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Entrada da escola.....	52
Figura 2 – Salão e corredores da escola.	52

LISTA DE SIGLAS

APAE – Associação de Pais e Amigos dos excepcionais.

EJAI - Educação de Jovens, Adultos e Idosos.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

LDB – Lei de Diretrizes e Bases.

LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

PDI – Plano Diferenciado Individual.

PNS - Pesquisa Nacional de Saúde.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1. EDUCAÇÃO E INCLUSÃO.....	17
1.1 A LDB e a Inclusão na Educação Básica.....	23
1.2 As diversas fases da implantação do Projeto de Educação Inclusiva.....	27
2. AS DIVERSAS CONCEPÇÕES DE DEFICIÊNCIA NO BRASIL.	34
2.1 Um breve histórico sobre a caracterização das Crianças Especiais.	40
2.2 As diversas modalidades de deficiência.	42
2.3 Deficiência Física.	44
2.4 Deficiências Áudio Visual	45
2.5 Deficiência Mental.	47
3. A ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO JOSÉ FERREIRA DE SOUSA E O ENSINO INCLUSIVO.	49
3.1 O espaço escolar	49
3.2 O programa escolar e sua aplicabilidade	55
3.3 Os alunos especiais “diferentes” e seu espaço na escola.	64
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	75
REFERÊNCIA.....	77

INTRODUÇÃO

O presente estudo trata-se de uma reflexão sobre o processo inclusivo de crianças especiais no ensino regular, em especial, na Escola Municipal Prefeito José Ferreira de Sousa, localizada no povoado Currais, zona rural do município de São Bernardo – MA. Objetiva-se realizar uma análise das possibilidades e desafios da inclusão de crianças com necessidades especiais, das metodologias utilizadas em salas de aulas, dos recursos disponíveis na escola, da forma de construção do conhecimento que atenda ao modelo educacional inclusivo.

As motivações que direcionaram a construção deste trabalho vinculam-se a uma inquietação em compreender como ocorre o processo inclusivo de crianças com determinada deficiência no ensino regular. Pois, enquanto moradora de um povoado localizado na zona rural do município de São Bernardo – MA, a 7Km da cidade, percebi que existem certas limitações ao acesso inclusivo por parte das crianças da área rural. Fatores como: locomoção para a APAE, ausência de recursos adaptados e a falta de docentes habilitados para trabalhar com este público tornam-se elementos que dificultam a construção de espaços inclusivos. Diante disso, na condição de estudante do curso de Ciências Humanas, que direciona a educação a uma postura reflexiva sobre a sociedade, suscitou em mim, uma curiosidade em compreender as complexidades que envolvem tal processo de inclusão.

Para realização deste estudo, fez-se necessário o uso de conceitos como, *ensino aprendizagem, currículo e inclusão*. Dupont Ló (2010) adverte que para o desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem é necessário se atentar para a existência de uma variedade de contextos sociais. Desse modo, no cenário educacional, encontra-se um misto de educandos procedentes de várias situações culturais, sociais e com distintos níveis de capacidade e ritmos de aprendizagem, compreendendo aqueles com *necessidades especiais*. O *currículo*, conforme Mantoan (2003) é um instrumento de fundamental importância para que as diretrizes gerais da escola sejam elaboradas abarcando todo o realismo e responsabilidade que constitui o processo educacional. Também se utiliza o conceito de *inclusão* relacionado ao acesso do ensino regular por alunos com deficiência, Stainback e Stainback (1999), quando se refere ao termo inclusão enfatiza que o ensino inclusivo é a ação que envolve a inserção de todos, independentemente de seu talento, deficiência, origem sócio econômica ou origem cultural. Desse modo, todos precisam estar envolvidos no processo de uma educação

efetivamente inclusiva, com escolas e salas de aulas provedoras, onde todas as necessidades dos alunos sejam atendidas.

A realização deste estudo apresenta uma possibilidade para refletir sobre as questões que envolvem o processo inclusivo de crianças e adolescentes com deficiência no ensino regular. Pois, mesmo diante dos visíveis avanços no campo educacional ainda persistem desafios no ato de ensinar em um espaço inclusivo, desse modo, é necessário o desenvolvimento de habilidades, aptidões e atitudes para trabalhar com a diversidade.

Diante do crescimento significativo de alunos com diagnóstico de deficiência, gerou-se uma preocupação por parte dos educadores e familiares, são muitas as inquietações, alguns entendem o problema, outros desconhecem e ainda temos aqueles que desqualificam o aluno que apresenta este quadro como sendo um aluno mal-educado e indisciplinado. Desse modo, se percebe que, estamos diante de uma realidade que merece bastante atenção e comprometimento por parte da escola e da família.

O desenvolvimento de metodologias e recursos didáticos voltados a necessidades dos alunos especiais é um elemento importante para a concretização do processo de ensino aprendizagem dos alunos. Pois, para construir uma educação direcionada ao processo inclusivo é necessário ir além da integração de alunos com necessidades especiais em salas regulares, é preciso tornar o ambiente escolar um espaço onde todos, inclusive os alunos que não possuem nenhuma deficiência possam usufruir de uma educação igualitária, inclusiva e transformadora.

A pesquisa foi desenvolvida através de um estudo de campo na Escola Municipal Prefeito José Ferreira de Sousa, localizada na zona rural do município de São Bernardo – MA. O estudo foi realizado com seis (6) participantes, com idades que variam de 32 a 50 anos, sendo cinco (5) do sexo feminino e um (1) do sexo masculino. A entrevista foi aplicada à diretora da escola Raquel Freire, aos professores, Ednilson, Ana Patrícia, Maria do Socorro, Francelma e, a supervisora pedagógica do município São Bernardo – MA Conceição Gomes. Como critério de seleção dos entrevistados teve-se como base o fato de todos lecionarem ensino fundamental maior, na referida escola-campo. Os mesmos mantêm contato com alunos especiais da escola, então poderiam trazer contribuições importantes para o processo de reflexão sobre a inclusão de crianças especiais no ensino regular.

Desse modo, o presente trabalho foi dividido em três capítulos que se inter-relacionam para a compreensão do processo de uma educação em uma perspectiva inclusiva.

Os capítulos envolvem discussões sobre a educação inclusiva, apresentando as diversas concepções construídas ao longo do processo histórico, assim como, uma reflexão do processo de exclusão que os sujeitos com deficiência vivenciam em seu cotidiano.

No primeiro capítulo, trata-se da relação entre educação e inclusão, realizando uma discussão de aspectos como: as reflexões sobre o processo de exclusão de deficientes no decorrer da história, a importância de uma educação direcionada ao processo inclusivo e o processo de estruturação do currículo escolar. Realizando uma reflexão sobre a LDB e a inclusão na educação básica e as diversas fases da implantação do Projeto de Educação Inclusiva.

Já no segundo capítulo, abordar as diversas concepções de deficiência no Brasil. Tratando de um breve histórico sobre a caracterização das Crianças Especiais, as diversas modalidades de deficiência, deficiência física, deficiência áudio visual e a deficiência Mental.

No terceiro capítulo se realizou uma análise acerca da sociologia das crianças especiais que se encontram na Escola Municipal Prefeito José Ferreira de Sousa, a referida instituição trata-se de uma escola da rede pública de ensino do município de São Bernardo – MA, que fica localizada na zona rural, acerca de 12km de distância de São Bernardo - MA. Fazendo uso dos dados fornecidos pelos participantes da pesquisa, foi possível traçar um perfil analítico do processo de inclusão de crianças especiais, assim como, os desafios que apresentam nesse trajeto. Analisando de início os elementos relacionados ao espaço escolar, logo depois foi realizada uma reflexão sobre o processo de inclusão de alunos especiais.

Portanto, o estudo irá apresentar uma reflexão acerca do processo inclusivo que é desenvolvido na Escola Municipal Prefeito José Ferreira de Sousa. Se o mesmo ocorre de forma efetiva, as metodologias que são elaboradas e aplicadas pelos professores, se os alunos deficientes e que não possuem deficiência, conseguem interagir de forma harmoniosa e respeitosa.

1. EDUCAÇÃO E INCLUSÃO

O crescimento significativo de alunos com diagnóstico de deficiência tem preocupado educadores e familiares, muitas são as inquietações, alguns entendem o problema, outros desconhecem e ainda temos aqueles que desqualificam o aluno que apresenta este quadro como sendo um aluno mal-educado e indisciplinado. Entende-se assim, que estamos diante de uma realidade que merece atenção e comprometimento por parte da escola e da família. Nesse sentido, é importante realizar a identificação e o diagnóstico adequado para atender às necessidades educacionais do aluno e inclui-lo no âmbito escolar com eficácia.

Segundo Stainback e Stainback (1999, p. 21):

[...] o ensino inclusivo é a prática da inclusão de todos – independentemente de seu talento, deficiência, origem sócio econômica ou origem cultural – em escolas e salas de aulas provedoras, onde todas as necessidades dos alunos nos são satisfeitas.

A educação escolar é um dos elementos mais eficaz no processo de inclusão. Entretanto, vista como uma prática social dentro de um contexto social de todos e, para todos, a educação não é uma atividade neutra. Para Bourdieu a educação “passa a ser vista como uma das principais instituições por meio da qual se mantêm e se legitimam os privilégios sociais” (BOURDIEU apud NOGUEIRA, 2002, p. 17).

Desse modo, mesmo diante dos avanços no campo educacional ainda é evidente a necessidade de um desenvolvimento de habilidades, aptidões e atitudes para trabalhar com a diversidade. Já que, o cenário educacional, encontra-se um misto de “alunos procedentes de vários contextos culturais, sociais e com diferentes níveis de capacidade e ritmos de aprendizagem, incluindo aqueles com necessidades especiais” (DUPONT LÓ, 2010, p.119).

A ideia de uma educação direcionada ao processo inclusivo vai além da integração de alunos com necessidades especiais. Ainda segundo Dupont Ló (2010, p. 120), “com esse enfoque, a educação inclusiva contribui para que a gama de diferenças não origine desigualdades educacionais e que essas não se transformem em desigualdades sociais”. Pois, uma educação inclusiva ressalta a importância da inclusão dos estudantes independente de suas barreiras.

Os estudos mais recentes no campo da educação especial enfatizam que as definições e uso de classificações devem ser contextualizados não se esgotando na mera especificação ou categorização atribuída a

um quadro de deficiência, transtorno, distúrbio, síndrome ou aptidão. Considera-se que as pessoas se modificam continuamente, transformando o contexto no qual se inserem. Esse dinamismo exige uma atuação pedagógica voltada para alterar a situação de exclusão, reforçando a importância dos ambientes heterogêneos para a promoção da aprendizagem de todos os alunos (BRASIL Apud POKER; MARTINS, 2008, p.16).

Diante do exposto, observa-se que o processo de inclusão propõe uma ruptura de base na estrutura organizacional escolar. Sendo isto, “uma saída para que a escola possa fluir, novamente, espalhando sua ação formadora por todos os que dela participam” (MANTOAN, 2003, p.12). Pois, para a inclusão, é necessária uma mudança na atual estrutura educacional, para que se encaixe uma educação escolar pautada na diversidade.

Com base no reconhecimento da diversidade existente na população escolar e na necessidade de respeitar e atender essa diversidade, o presente trabalho focaliza o currículo como ferramenta básica da escolarização; busca dimensionar o sentido e o alcance que se pretende dar às adaptações curriculares como estratégias e critérios de atuação docente; e admite decisões que oportunizam adequar a ação educativa escolar às maneiras peculiares de os alunos aprenderem, considerando que o processo de ensino-aprendizagem pressupõe atender à diversificação de necessidades dos alunos na escola (BRASIL, 2005, p. 15).

O processo de estruturação do currículo escolar é um momento importante dentro do processo educacional inclusivo. Pois, segundo Mantoan (2003) o mesmo é um instrumento de vital importância para que as diretrizes gerais da escola sejam formuladas prezando o realismo e responsabilidade com o processo educativo.

[...] a reorganização das escolas depende de um encadeamento de ações que estão centradas no projeto político-pedagógico. [...] Os currículos, a formação das turmas, as práticas de ensino e a avaliação são aspectos da organização pedagógica das escolas e serão revistos e modificados com base no que for definido pelo projeto político-pedagógico de cada escola (MANTOAN, 2003, p. 35-36).

Um currículo deve abarcar todas as dimensões da diversidade existentes dentro do processo educativo. Afim, de proporcionando aos alunos especiais, maior e melhor qualidade de vida escolar, tornando acessível à independência na realização das tarefas, tendo em vista a comunicação e socialização com os demais alunos, mostrando seu aprendizado de forma enriquecedora e gratificante.

Segundo a Declaração de Salamanca (1994) os “sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades”. Entretanto, ainda existem

escolas que ainda não se adaptaram a essa diversidade¹, não adequando recursos e metodologias aos alunos dito normais e a aqueles que necessitam de uma maior atenção.

[...] a educação básica deve ser inclusiva, no sentido de atender a uma política de integração dos alunos com necessidades educacionais especiais nas classes comuns dos sistemas de ensino. Isso exige que a formação dos professores das diferentes etapas da educação básica inclua conhecimentos relativos à educação desses alunos (BRASIL *et al* 2001b, p. 16, grifo nosso, *apud* POKER; MARTINS, 2016, p.41).

Segundo os estudos de Kelman (2011), apesar de o ensino inclusivo estar sendo gradativamente implantado na rede pública de ensino nos municípios brasileiros, nem sempre se revela eficaz. Já que, é desenvolvido por professores sem experiência na área. Nesse caso, é necessário que os profissionais das escolas sejam preparados para atuarem como intermediários nesse processo de ensino aprendizagem para que venham solucionar os possíveis conflitos.

No caso de uma formação inicial e continuada direcionada à inclusão escolar, estamos diante de uma proposta de trabalho que não se encaixa em uma especialização, extensão ou atualização de conhecimentos pedagógicos. Ensinar, na perspectiva inclusiva, significa ressignificar o papel do professor, da escola, da educação e de práticas pedagógicas que são usuais no contexto excludente do nosso ensino, em todos os seus níveis. A inclusão escolar não cabe em um paradigma tradicional de educação² e, assim sendo, uma preparação do professor nessa direção requer um *design* diferente das propostas de profissionalização existentes e de uma formação em serviço que também muda, porque as escolas não serão mais as mesmas, se abraçarem esse novo projeto educacional (MANTOAN, 2003, p. 54-55).

Segundo Marques (2017, p.126), “para ensinar numa proposta inclusiva, é preciso se capacitar, pesquisar, buscar meios eficazes para uma aprendizagem comum a todos”. Desse modo, observa-se que para a efetivação de uma educação inclusiva, devem-se existir políticas públicas educacionais voltadas a intensa necessidade de uma formação docente que atenda as particularidades de crianças e jovens portadores de deficiência auditiva. Desta forma:

[...] a formação do professor deve ser um processo contínuo, que perpassa sua prática com os alunos, a partir do trabalho transdisciplinar com uma equipe permanente de apoio. É fundamental valorizar o saber de todos os profissionais da educação no processo de inclusão. Não se trata apenas de incluir um aluno, mas de repensar os contornos da escola e a que tipo de Educação esses profissionais têm se dedicado. Trata-se de desencadear um processo coletivo que busque compreender os

¹ Segundo Neto *et al* (2018, p. 86) no Brasil, a “Política Nacional de Educação Especial, na perspectiva da Educação Inclusiva, assegura acesso ao ensino regular a alunos com deficiências diversificadas: intelectual, física, surdos, cegos, com transtornos globais do desenvolvimento e a alunos com altas habilidades/superdotação, desde a educação infantil até a educação superior”.

² Conforme Kelman (2011) o termo educação tradicional versa sobre um modelo educacional que muitas das vezes não consegue abarcar as individualidades do sujeito. Pois, instituem um modelo cânone de ensinar baseado na homogeneidade, sem enxergar no indivíduo suas necessidades específicas. Desse modo, muitos indivíduos por portarem determinada deficiência sofrem um processo de exclusão de uma vivência social e educacional.

motivos pelos quais muitas crianças e adolescentes também não conseguem um “lugar” na escola (BRASIL, 2005, p. 21).

A manutenção do processo formativo dos profissionais que integram o processo inclusivo é muito importante. Pois, conforme Stainback e Stainback (1999) a inclusão genuína não se esvazia no ato de inserir os alunos com deficiência em classes de ensino regular sem apoio para professores ou alunos. “Em outras palavras, o principal objetivo do ensino inclusivo não é economizar dinheiro: é servir adequadamente a todos os alunos” (STAINBACK E STAINBACK, 1999, p. 30).

É preciso compreender que a inclusão de pessoas portadoras de alguma necessidade especial no ensino regular é fazê-las sentirem-se integrantes da escola num sistema único de educação. Pois, nas escolas voltadas a educação especial, os alunos estabelecem contato somente com outros com deficiências (iguais ou diferentes da dele). Contudo, “vivemos em um momento em que o mundo prega o respeito à diversidade, e que esta seja entendida como um processo natural, pois defender a inclusão escolar é necessário para que seja dada a oportunidade a todos os alunos de estarem na escola e, juntos, aprenderem o respeito às diferenças” (CUNHA, 2015, p. 71).

Temos que garantir que os alunos com deficiência sejam apoiados para tornarem-se participantes e colaboradores na planificação e no bem-estar deste novo tipo de sociedade. Temos de evitar os erros do passado, quando os alunos com deficiência eram deixados à margem (STAINBACK E STAINBACK, 1999, p.29).

Com base na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996) a participação de crianças com deficiência na escola é um direito. No entanto, para ser efetivado e acessado depende da articulação de diversos aspectos, como: “interação entre profissionais, famílias e sociedade para o cumprimento de diretrizes educacionais, destinação de recursos humanos e materiais e formação de profissionais habilitados para o enfrentamento dos diferentes desafios trazidos pela prática cotidiana do ensino” (BRIANT; OLIVER, 2012, p.141). A inclusão obriga a existência de uma interação entre as partes que envolvem esse projeto e com isso, o desenvolvimento de novas metodologias que beneficie todos os alunos.

A escola tem como principal objetivo fornecer um ambiente propício para construção e formação intelectual e moral do cidadão, deve estar sempre promovendo novas metodologias para o aprimoramento de suas práticas pedagógicas, fortalecendo portando os laços que cercam a educação e o aprendizado do estudante. Diante disso, segundo Mantoan (2003) a efetivação do ensino inclusivo “deriva de sistemas educativos que não são recortados

nas modalidades regular e especial, pois ambas se destinam a receber alunos aos quais impomos uma identidade, uma capacidade de aprender, de acordo com suas características pessoais”.

A adoção de um modelo inclusivo pela escola exige o desenvolvimento de ações receptivas, que provoquem a interação entre as crianças e profissionais que participam deste processo. Contudo, a escola tem seu papel fundamental para o desenvolvimento de todos os alunos, seja especial, com transtornos, falta de atenção e os ditos “normais”³.

[...] o vínculo que une os alunos e os professores de maneira especial, a algo mais importante do que eles próprios: valores e ideias compartilhados. Eleva tanto os professores quanto os alunos a níveis mais elevados de autoconhecimento, compromisso, e desempenho - além do alcance do fracasso e das dificuldades que enfrenam em suas vidas cotidianas. [...] os professores e os alunos a serem transformados de uma coleção de “eus” em “nós” coletivo, proporcionando-lhes, assim, sentido singular de identidade, de pertencer ao grupo e a comunidade (SERGIOVANNI *et al* 1994, p. xiii. *apud* STAINBACK E STAINBACK, 1999, p.51).

Para tanto, apesar de possuir uma deficiência, que os diferencia dos demais, devem ser vistos como um sujeito pleno e historicamente situado, capaz de responder com competência as exigências do meio, contanto que lhes sejam oferecidas condições para tais atividades. A escola é um espaço onde em hipótese alguma, pode-se fechar os olhos para alunos com necessidade especiais, ademais, que nesse ambiente tanto alunos com deficiência como alunos ditos normais, devem ser tratados de igual para igual, onde caberá ao professor desenvolver metodologias, que venham contribuir para um ensino de qualidade, mostrando aos demais alunos uma realidade existente e uma realidade ideal, sem preconceitos e sem exclusão, buscando mostrar a igualdade entre todos os alunos.

Os princípios da inclusão aplicam-se não somente aos alunos com deficiência ou sob risco, mas a todos os alunos. As questões desafiadoras enfrentadas pelos alunos e pelos educadores nas escolas de hoje não permitem que ninguém se isole e se concentre em uma única necessidade ou em grupo-alvo de alunos. (SAPON-SHEVEN *et al* 1995, p.70. *apud* STAINBACK; STAINBACK, 1999, p.69).

Contudo, é possível afirmar que o fato de alunos serem deficientes não os impede de construírem sua própria identidade. Pois, a ideologia da inclusão escolar de crianças com deficiência visa a socialização destas crianças, para que possam criar autonomia e aprender a conviver em comunidade, [...]” (SILVA; CONTRERAS, 2017, p. 31). Desse modo, o ambiente escolar dá a esses alunos a oportunidade de interagir com profissionais e

³ Quando se usa o termo “normal” refere-se a crianças e jovens que não possuem nenhum tipo de deficiência.

alunos sem deficiência, processo que auxilia no desenvolvimento de sua própria personalidade.

Nesse sentido, os alunos especiais devem estar inseridos e inclusos nas atividades diárias da família e da sociedade em geral. Pois, os mesmos devem fazer parte do mundo, e são nessas atividades diárias que os mesmos terão a oportunidade de mostrar suas habilidades, e quando errar saberá como o reiniciar. Nessa ótica os deficientes têm capacidade de desenvolver e fazer atividades, com tudo é importante mesclar que as adaptações são de grande êxito, pois uma criança quando estiver no processo de desenvolvimento, para se desenvolver com mais facilidade e rapidez, a mesma precisa de alguém que a estimule e se comunique.

Segundo Diniz (2009) o novo conceito supera a ideia de impedimento como sinônimo de deficiência, reconhecendo na restrição de participação o fenômeno determinante para a identificação da desigualdade pela deficiência, assim é possível perceber que ocupar o mesmo espaço, não é estar no incluso, o processo da educação não deve ser dado apenas para pessoas que muitos consideram normal, no caso das crianças e adolescentes que não são deficientes, a educação deve estar e ser sempre fornecidas e oferecidas a todas as pessoas, independentemente de serem deficientes ou não. A inclusão de alunos com deficiência na escola deve estar disposta na lei e garantido pelos professores, educadores, pais e alunos e respeitado por todos, pois o direito que um indivíduo tem em meio à sociedade não deve em hipótese alguma ser tirado de si, simplesmente porque é portador de uma deficiência.

Incluir requer, portanto, uma postura crítica dos educadores e dos educandos em relação aos saberes escolares e à forma como os mesmos podem ser trabalhados. Incluir implica considerar que a escola não é uma estrutura pronta, acabada, inflexível, mas uma estrutura que deve acompanhar o ritmo dos alunos, em um processo que requer diálogo nos grupos de trabalho, na relação com a comunidade escolar e com os outros campos do conhecimento (DELLANI; MORAES, 2012, p. 8).

Todos os alunos precisam ter essa confiança no professor, principalmente os deficientes isso fará com que eles sintam-se seguros para desenvolver suas atividades. Cury (2003, p.68) afirma que “[...] professores fascinantes também cumprem o conteúdo programático, mas seu objetivo fundamental é ensinar os alunos a serem pensadores e não repetidores de informações”. O autor evidencia que é importante estabelecer uma relação de confiança entre aluno e professor, pois, no caso dos alunos especiais o elo de confiança é de extrema importância no processo de aprendizagem.

Diante disso, a Secretaria de Educação Fundamental (1997) diz que:

O ensino de qualidade que a sociedade demanda atualmente expressa-se aqui como a possibilidade de o sistema educacional vir a propor uma prática educativa adequada às necessidades sociais, políticas, econômicas e culturais da realidade brasileira, que considere os interesses e as motivações dos alunos e garanta as aprendizagens essenciais para a formação de cidadãos autônomos, críticos e participativos, capazes de atuar com competência, dignidade e responsabilidade na sociedade em que vivem. (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL, 1997, p. 27).

Segundo a Secretaria de Educação Fundamental (1997) é necessária uma proposta educacional que tenha em vista a qualidade da formação a ser oferecida a todos os estudantes. Diante disso, vê-se que, a proposta de uma educação inclusiva visa atender a tais exigências de uma educação que favoreça a uma prática educativa voltada à valorização das diferenças.

1.1 A LDB e a Inclusão na Educação Básica

O processo de inclusão alunos com necessidades educativas especiais em escolas de ensino regular, não foi um processo fácil, por muitas décadas, difundiu-se e consolidou-se a ideia de que alunos com deficiência não tinham capacidade de acompanhar os demais alunos considerados normais. Percebe-se o grande retrocesso no processo histórico sobre a inclusão de deficientes, impossibilitando a construção de educação igualitária. Assim, a partir da Política Educacional Especial, teve-se como objetivo a educação inclusiva, acerca disso o processo de inclusão é um processo histórico, um método que tem uma perspectiva inovadora que ao trabalhar inclusão educacional, prepara melhores cidadãos para vida em sociedade. O processo de inclusão de alunos com necessidades educativas especiais em escolas de ensino regular foi um processo de muitos desafios e dificuldades.

A Educação Especial é uma modalidade de ensino cuja aplicação permeia todo o sistema educacional do país e visa proporcionar a pessoa com deficiência a promoção de suas capacidades, o desenvolvimento pleno de sua personalidade, a participação ativa na sociedade e no mundo do trabalho e aquisição de conhecimentos (FUMEGALLI, 2012, p.9).

Nessa instância ver-se-ão quão é importante trabalhar, delimitar e acima de tudo respeitar e incluir o outro. Independentemente de suas condições, todos devem ser tratados iguais mediante a sociedade, alunos especiais devem ter seus direitos como outrem, alunos com deficiência devem ter seus direitos garantidos na sociedade, na escola.

A Declaração de Salamanca (1994) traz uma interessante e desafiadora concepção de Educação Especial ao fazer uso do termo “pessoa com necessidades educacionais especiais” ampliando-o a todas as crianças ou jovens que possuem determinada necessidade decorrente de sua característica de aprendizagem. “O princípio é que as escolas devem acolher a todas as crianças, incluindo crianças com deficiências, superdotadas, de rua, que trabalham de populações distantes, nômades, pertencentes a minorias linguísticas, étnicas ou culturais, de outros grupos desfavorecidos ou marginalizados” (BRASIL 2005, p.20).

Diante disso, é importante o desenvolvimento de uma pedagogia centralizada na relação com a criança, com capacidade para educar com sucesso a todos, atendendo às necessidades de cada um, analisando as diferenças existentes entre elas. Pois, segundo Martins (2008) o processo educativo deve:

Contribuir para o ingresso, regresso, permanência e sucesso da criança e adolescente na escola; favorecer a relação família-escola-comunidade ampliando o espaço de participação destas na escola, incluindo a mesma no processo educativo; ampliar a visão social dos sujeitos envolvidos com a educação, decodificando as questões sociais; proporcionar articulação entre educação e as demais políticas sociais e organizações do terceiro setor, estabelecendo parcerias, facilitando o acesso da comunidade escolar aos seus direitos. (MARTINS, 2008, p.60).

É possível afirmar que foram muitas as dificuldades no processo de inclusão de alunos com deficiência na escola de ensino regular. Nessa instância percebe-se que as escolas de ensino regular passaram a receber alunos com deficiência a partir de algumas reformas entre elas, às estabelecidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN de 1996, que tem como objetivo a inclusão de alunos ditos “anormais” no caso dos deficientes em escolas de ensino regular.

Em 1996 surge um novo documento, a Lei de Diretrizes e Bases - LDB com o objetivo de facilitar e proporcionar uma educação igualitária e inclusiva para todos os alunos nas escolas de ensino regular seu foco principal é garantir que não se negue o acesso da escola para alunos com necessidades educativas especiais.

Sabe-se que a educação é um direito de todos, no entanto, a mesma encontra-se centralizada entre os dilemas exclusão e inclusão de alunos com necessidades educativas especiais. O que pode dificultar o processo de comprometimento pedagógico que objetive a asseguarção dos direitos educacionais a todos. A LDB/1996 foi essencial para garantia de acesso de alunos especiais nas escolas de ensino regular junto aso demais alunos “ditos normais”.

A partir da LDB. 9394/96:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

Conforme Martins; Pedro; Ojeda (2016) os sistemas de ensino assegurarão a esses alunos, currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades de alunos especiais que possuam alguma deficiência, transtornos globais ou superdotação. De acordo com Merlo (2008, p. 12-13) “crianças superdotadas e talentosas são aquelas que possuem ou são capazes de desenvolver habilidades gerais ou específicas acima da média, elevados níveis de comprometimento com a tarefa e elevados níveis de criatividade e que os aplicam a qualquer área potencialmente valiosa do desenvolvimento humano”.

Segundo o exposto, a partir dos dispostos pela LDB (1996) há um reconhecimento da educação especial como uma modalidade da política de educação que passa a ser de responsabilidade dos estabelecimentos regulares de educação promover a inclusão das pessoas com deficiência nos moldes educacionais. Desse modo, as escolas das redes públicas devem instituir condições necessárias para receber esses alunos, além da tendência de concepção de estruturas físicas e pedagógicas para a educação especial.

Infelizmente a realidade de muitas escolas da rede pública de ensino regular encontram-se, em situação precária, onde não têm a capacidade de receber alunos especiais, por essa razão muitos alunos portadores de deficiência deixam de frequentar a escola, com isso percebe-se uma exclusão causada não por parte dos professores nem alunos e sim por uma escola que não é adaptada para receber todas as modalidades de alunos.

Segundo a LDB o ensino deve ser pautado na diversidade e diferenças, desse modo, os portadores de deficientes têm o direito de frequentar a escola, como qualquer outra pessoa, caso isso não seja possível os mesmos devem receber esse atendimento educacional em outros ambientes especializados para os mesmos, ou seja, a educação e inclusão dos alunos com necessidades educativas especiais devem ser garantidos em qualquer hipótese, independentemente de suas condições de frequentar a escola, pois se sua locomoção não for possível, ainda assim, os mesmos devem ter sua educação garantida dentro de suas condições específicas. Segundo a LDB nº 9394/96 diz que:

[...] a educação de pessoas com deficiência deve dar-se preferencialmente na rede regular, sendo um dever do Estado e da família promovê-la. O objetivo da escola,

segundo a lei, é promover o pleno desenvolvimento do educando, preparando-o para a cidadania e qualificando-o para o trabalho.

Com isso é possível perceber que as propostas da educação estão voltadas para um grande aperfeiçoamento, tanto de gestão escolar como referente à qualificação dos alunos, a fim de reduzir a repetência dos alunos e a evasão. Proporcionando uma melhor qualidade de ensino bem como a interação e participação da família frente à escola. Uma educação não quantitativa, mas, qualitativa onde todos tenham os mesmos ensinamentos sem distinção de idade, raça, poder aquisitivo, entre outros.

Para haver uma relação de inclusão, a formação de professores especializados é um ponto muito importante, pois é através desta formação que o educador especializado saberá lidar com as mais diversas situações, ou seja, a educação é capaz de mudar todo contexto de exclusão, em especial exclusão escolar de alunos especiais.

Segundo a LDB (1996) no Art. 32 o ensino proposto pela mesma está em função do objetivo maior do ensino fundamental, que é o de propiciar a toda a formação básica para a cidadania, a partir da criação na escola de condições de aprendizagem para:

I - O desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

II - A compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

III - O desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;

IV - O fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL, 1997. p. 15).

Conforme a citação acima, a educação, tem como um de seus papéis principais formar bons profissionais, pessoas que saibam pensar e, viver ativamente em sociedade. Como também, trabalhar no fortalecimento dos vínculos familiares para a construção de uma relação de reciprocidade e solidariedade humana, sentimentos necessários para a consolidação de uma postura empática, fundamental no processo inclusivo.

Com a LDB a escola ganha um novo desafio, ou seja, a partir desse documento a escola tem por finalidade constituir e aprimorar novos métodos para sua organização, principalmente, assegurar aos alunos que os mesmos estejam inclusos e nessa ótica, é importante apontar que, para um aluno ter bom desempenho e não ter dificuldades, o mesmo deve dispor de uma base, e essa base encontra-se no ensino fundamental, por isso, todas as

etapas de ensino são essências na construção de conhecimento dos alunos, uma vez que cada etapa é um novo saber construído, é um aperfeiçoamento adquirido. A educação é para todos, sem distinção a educação é especial e a sociedade será especial a partir do momento que mudar seu olhar.

1.2 As diversas fases da implantação do Projeto de Educação Inclusiva

Pode-se afirmar que a educação inclusiva, surgiu com o objetivo de suprir a necessidade educacional e aprimorar os conhecimentos em novas maneiras metodológicas de trabalhar a inclusão, depreende-se também que esse processo não foi fácil, o mesmo leva em conta o interesse e motivação, bem como, a capacidade intelectual de cada aluno, respeitando as diferenças e vendo-as não como obstáculos, e sim, como uma forma enriquecedora da diversidade a educação como uma proposta universal busca encaixar todos os alunos respeitando suas diferenças.

No Brasil, o atendimento às pessoas com deficiência teve início na época do Império, com a criação de duas instituições: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant – IBC, e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, hoje denominado Instituto Nacional da Educação de Surdos – INES, ambos no Rio de Janeiro.

No início do século XX é fundado o Instituto Pestalozzi (1926), instituição especializada no atendimento as pessoas com deficiência intelectual, em 1954, é fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE; e, em 1945, é criado o primeiro atendimento educacional especializado às pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi, por Helena Antipoff (BRASIL, 2010, p.11).

O processo histórico brasileiro mostra grandes casos de exclusão de alunos com deficiência, é importante apontar que, após todo histórico de exclusão escolar, ouve o processo da integração, nesse processo o aluno com deficiência tem oportunidade de mostrar se estava apto e preparado para acompanhar alunos considerados normais.

Nas palavras de Carvalho (2007, p. 77):

A Letra das leis, os textos teóricos e os discursos que proferimos asseguram os direitos, mas o que os garante são as efetivas ações, na medida em que se concretizam os dispositivos legais e todas as deliberações contidas nos textos de políticas públicas. Para tanto, mais que prever há que prover recursos de toda a ordem, permitindo que os direitos humanos sejam respeitados, de fato. Inúmeras são as providências políticas, administrativas e financeiras a serem tomadas, para que as escolas, sem discriminações de

qualquer natureza, acolham a todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras...

Nessa instância cabe à escola deixar todas as diferenças e adentrar no contexto de inclusão. É nesse ambiente que os alunos com deficiência perdem seus medos, e passam a ver a vida com outros olhos. Na escola se aprende que as diferenças existem no contexto escolar e social, e essas potencialidades elevadas podem ser desenvolvidas de forma coletiva e integradora. Pois, o âmbito escolar é um espaço destinado ao processo de socialização que se estabelece em meio à diversidade de crenças, raças, religiões e necessidades físicas.

Desse modo, o conceito de integração escolar tornou-se um tanto ultrapassado no processo do ensino inclusivo, como é visto na citação abaixo.

O conceito de integração escolar vem sendo por muito considerado ultrapassado. O que há vinte anos era considerado um discurso de vanguarda, tornou-se hoje política nacional “[...]a proposta mais “moderna” em países ditos do primeiro mundo e que está sendo trazida para o Brasil é da escola inclusiva[...]”. (BRASIL; GLAT *et al* 1994 e1998 *apud* RIBEIRO 2003, p.124).

Durante séculos, as pessoas com deficiência eram consideradas inválidas, nos dias de hoje existe uma visão inclusiva das pessoas com necessidades educativas especiais. Principalmente, após 1961, onde o atendimento às pessoas com deficiência passa a ser fundamentado pelas disposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, Lei nº 4.024/61, que aponta o direito dos “excepcionais” à educação, preferencialmente dentro do sistema geral de ensino (BRASIL, 2010).

A partir desse momento a educação volta-se para o processo de inclusão, a educação inclusiva hoje vive um novo processo, porque garante a todos uma igualdade de condição proporcionando o acesso e a permanência na escola, sem qualquer tipo de preconceito ou discriminação.

[...] diferentes interpretações nos vários segmentos da nossa sociedade que lidam, de uma maneira ou outra, com indivíduos com deficiência. No entanto, é com referência a educação de pessoa com deficiência que esse termo surge com mais frequência e envoltos com variadas situações. Ao discutir essa integração no contexto educacional, inverte-se na possibilidade de que esses indivíduos não somente frequentem uma escola, mais também aprendam e acompanhem um currículo regular por um método pedagógico utilizado para população escolar considerado normal (RIBEIRO, 2003, p.125).

É importante ressaltar que a educação escolar deve ajudar professor e aluno a compreender as diferenças entre os indivíduos, sejam eles com necessidades educativas especiais ou não, ter acesso à educação é poder manter-se informado e obter conhecimento, é notável que os educadores encontrem obstáculos que impedem de realizar seu trabalho com

eficácia, mas sempre será possível encontrar uma nova prática pedagógica que os ajude a melhorar sua metodologia de trabalho educacional.

A ação docente representa elemento primordial no que tange ao seu estilo e à atitude que caracterizam sua prática. Essa abordagem requer do docente uma atitude aberta, flexível e reflexiva de sua ação. À medida que isso vai acontecendo, os professores passam a enxergar sua forma de atuar com um novo olhar. Esse novo olhar será um dos marcos do abandono de práticas excludentes e padronizadas (DUPONT LÓ, 2010, p. 121).

Cabe ao educador orientar esse aprendizado no sentido de trazer mais informações sobre o contexto da inclusão. Discutindo com os alunos uma maneira de despertar a curiosidade, objetivando construir com os alunos um conhecimento um saber mais palpável sobre a vida e suas relações sociais. Bem como desenvolver instrumento que possa utilizar para com o educando, como a metodologia inovadora dentro do processo de aprendizado.

Diante disso, torna-se necessário uma reflexão acerca das formas como o processo de inclusão dos alunos com deficiência se desenvolve no ensino regular. Pois, os procedimentos pedagógicos adotados no processo inclusivo constituem-se em uma importante ferramenta que o educador pode usar no processo de construção dos conhecimentos dos alunos, buscando sempre desenvolver suas potencialidades, a fim de que sejam cidadãos críticos, reflexivos e acima de tudo participativos na sociedade dita moderna.

O processo educacional sofreu diversas modificações que acompanharam o desenvolvimento da história humana. No decorrer dessa evolução, experimentaram-se diferentes estratégias de ensino, que muitas das vezes não abarcavam as individualidades do sujeito. Conforme Dupont Ló (2010) nas últimas décadas, com diretrizes expressas em declarações e acordos internacionais, bem como na própria LDB/1996, têm instigado mudanças no movimento educacional inclusivo, que implica no desenvolvimento de uma nova cultura na escola.

Percebe-se que a educação inclusiva compreende uma educação especial dentro do ambiente escolar regular e passa a transformar essa educação em um espaço para todos, isto é, a educação aponta para uma transformação de uma sociedade inclusiva, no qual é um processo em que busca a participação de todos os estudantes no ensino regular. Dessa forma ela proporciona uma diversidade entre os indivíduos, assim, compreende-se que essa educação é um direito de todos e deve ser acompanhada para que possa ter um bom desenvolvimento e resultado.

Diante disso, vê-se que o processo inclusivo deve estar pautado na adaptação curricular para as diversidades existentes, formação continuada para professores e profissionais que estejam envolvidos neste processo. Sobre esse processo de inclusão/integração educacional, Sassaki (2006) explica que o mesmo se divide em quatro fases, que se classificam em: fase de exclusão, fase da segregação institucional, fase da integração e fase de inclusão.

A Fase de Exclusão consiste em um período em que não havia nenhuma preocupação ou atenção especial com as pessoas deficientes ou com necessidades especiais. Eram rejeitadas e ignoradas pela sociedade.

Na Fase da Segregação Institucional, as pessoas com necessidades especiais eram afastadas de suas famílias e recebiam atendimentos em instituições religiosas ou filantrópicas. Foi nessa fase que surgiram as primeiras escolas especiais e centros de reabilitação.

Na Fase da Integração algumas pessoas com necessidades especiais eram encaminhadas às escolas regulares, classes especiais e salas de recursos, após passarem por testes de inteligência. Os alunos eram preparados para adaptar-se à sociedade.

Na Fase de Inclusão todas as pessoas com necessidades especiais devem ser inseridas em classes comuns, sendo que os ambientes físicos e os procedimentos educativos é que devem ser adaptados aos alunos, conforme suas necessidades e especificidades (FRIAS; MENEZES, 2008, p.5-6).

Sassaki (2006) consegue realizar um panorama das fases do trajeto que os sujeitos portadores de alguma deficiência percorreram. Pois, o processo de inclusão “[...] é consequência de mudanças ocorridas nas atitudes sociais que foram se estabelecendo ao longo da história, [...]” (BRASIL, 2006, p. 2). Tais mudanças ocorreram de forma lenta, por meio de muitas lutas sociais no intuito de promover os direitos básicos, aqueles que antes eram excluídos da sociedade.

O processo de Inclusão/Integração do aluno com deficiência no ensino regular é permeado de desafios, é essencial uma mudança nas práticas pedagógicas, uma urgente capacitação dos professores para saber lidar com diferentes problemáticas que encontrarão em sala de aula, além, da participação dos familiares no processo de inclusão do aluno especial.

Já foi mencionada acima a importância da estruturação de um currículo direcionado a inclusão. Pois, conforme Dupont (2010) um currículo rígido, padronizado, está longe de atender às premissas básicas de um projeto curricular inclusivo. Desse modo,

com base nos estudos de Stainback e Stainback (1999, p. 237), destaca-se algumas dessas premissas para uma educação de cunho inclusivo.

1. ênfase na construção dos alunos a partir de suas potencialidades;
2. à medida que os alunos se envolvem com a aprendizagem, que haja tratamento das deficiências e dos déficits;
3. um currículo voltado ao aluno com projetos e atividades significativas à vida real;
4. o professor como mediador dos alunos e da aprendizagem;
5. ambiente cooperativo encorajando a participação de todos, independentemente da origem, dos interesses, das experiências e características de aprendizagem.

Inicialmente é necessário pautar na construção do conhecimento dos alunos partindo de suas potencialidades, valorizando suas especificidades. Desse modo, os alunos se sentem envolvidos no processo de aprendizado pautado em suas deficiências, através de um currículo em constante reformulação que atenda às necessidades dos alunos. Nesse processo o professor atuará como mediador desse conhecimento e, o ambiente escolar deve ser cooperativo e encorajador que estimule a participação de todos.

Desse modo, a educação inclusiva significa educar todas as crianças independentes de serem portadoras de deficiência ou não, devem ser incluídos sempre no mesmo contexto escolar. Para essa educação se concretizar é preciso afirmar que essas diferenças não podem ser vistas como problema e sim como diversidade, procurar preservar essa diversidade apresentada na escola encontrada na realidade social. Nos dias atuais o professor tem um grande papel no ensino aprendizagem sempre em busca de novos saberes, novas práticas para que possa incluir todos os alunos nesse mundo de aprendizagem respeitando o tempo de cada um.

Conforme incisos do Art. 58 da LDB (1996):

- 1º Haverá quando necessário serviço especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial.
- 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a integração nas classes comuns de ensino regular.

O ensino inclusivo é um direito garantido por lei como é previsto no Art. 58 da LDB, as escolas devem fornecer serviço especializado quando necessário atendendo as especificidades que englobam uma educação especial. Sempre que uma integração em salas comuns não for possível, haverá serviços especializados com condições específicas que atendam aos alunos especiais.

Percebe-se que havia a necessidade de criar normas para que a educação destinasse a todas as pessoas independentes de suas dificuldades, com isso surge a educação especial

como uma modalidade educacional eficaz, a mesma busca incluir alunos com necessidades educativas especiais aos demais alunos de forma que o aprendizado ocorra de forma qualitativa e igualitária. A educação especial surgiu com muitas lutas, organizações e leis favoráveis aos deficientes e a educação inclusiva começou a ganhar força a partir da Declaração de Salamanca (1994), a partir da aprovação da constituição de 1988 e da LDB 1996. Sabe-se que a visibilidade de pessoas com deficiência era tida de forma negativa onde eram vistos como doentes sempre vistos como inferiores e incapazes, quando recebiam alguma ajuda era por caridade e não como um direito.

Assim, com objetivo de incluir e acabar com o preconceito na escola comum do ensino regular surgiu o movimento integração escolar, foi o início das classes especiais da integração parcial, onde o aluno tinha que se adequar a escola e não a escola ao aluno, nessa instância fica nítido que a integração total de alunos com necessidades educativas especiais só era permitida aqueles que conseguissem acompanhar as atividades propostas, ou seja, o currículo proposto pela escola

As políticas públicas são necessárias para poder entender e efetivar o direito a educação, respeitando as diversidades é necessário haver políticas públicas educacionais que respeitem as diferenças do ser humano, proporcionando a eles a interação, socialização, quando isso acontecer pode-se afirmar que as políticas públicas estão sendo aplicadas com êxito. Segundo Barretta e Canan (2012, p. 7). “Quando houver políticas públicas educacionais que respeitem o ser humano em suas diferenças, que possibilitem a eles estar na escola, interagir, socializar-se e aprender, podemos acreditar que as políticas estarão cumprindo o seu papel”.

Em 1990 perpetuaram as aspirações por uma educação pública em bases realmente democráticas, para todos, como mencionadas na Declaração Mundial de Educação para Todos e na Declaração de Salamanca realizada em 7 e 10 de junho de 1994 em Salamanca na Espanha, documentos que passaram a influenciar a formulação das políticas públicas de educação inclusiva. (BARRETTA; CANAN, 2012, p.8).

Nesta instância é possível afirmar que a inclusão de crianças e adolescentes no âmbito escolar é de fundamental importância, pois é neste ambiente que a mesma não se sente condicionada e neutra, é neste espaço que ela se expressa. É importante ressaltar que para um aluno com necessidades educativas especiais não existe limitação, este limite é posto pela sociedade, nessa ótica o ambiente escolar é o local ideal de mostrar que não tem limites

quando se tem “cuidado, educação e inclusão” é na escola que se deve desenvolver todas as atividades básicas de inclusão social.

O princípio fundamental desta linha de Ação é de que as escolas devem acolher todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem-dotadas, crianças que vivem nas ruas e que trabalham, crianças de minorias linguística, étnicas ou culturais e crianças e crianças de outros grupos ou zonas desfavoráveis ou marginalizadas (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 17- 18).

A educação especial como uma modalidade da educação que objetiva sempre a prevenção à integração e a convivência. Necessita de propostas pedagógicas mais eficazes que garante uma educação inclusiva e igualitária a fim de melhorar a convivência entre os ditos normais e as pessoas portadoras de deficiência. Para tanto, educação especial é posta como um apoio, um suporte educacional a fim de ampliar a educação de forma, essa modalidade da educação busca mostrar que existem outras formas de ensinar em cada etapa da educação, priorizando atender todas as modalidades de alunos, propiciando uma educação igualitária.

2. AS DIVERSAS CONCEPÇÕES DE DEFICIÊNCIA NO BRASIL

A trajetória do indivíduo com deficiência é permeada por preconceitos e lutas em busca do direito à cidadania, de acordo com cada cultura dentro das sociedades (VIEIRA PINTO, 1979). Diante disso, mostra-se necessário esclarecer as concepções de deficiência desenvolvidas no Brasil ao longo da história, identificando pontos comuns e divergentes das principais posições teóricas.

Sabe-se que a educação como uma prática social dentro de um contexto social de todos e para todos, não é uma atividade neutra. Conforme Brito; Lucena (2018) pensar sobre a socialização da escola no cenário educacional brasileiro, implica remeter nosso olhar para a história da educação em nosso país, no intuito de perceber que não chegamos ao que conhecemos, de acordo com os documentos legais, como sendo a escola pública, laica e para todos, de um dia para o outro. Desse modo, é necessária uma reflexão acerca da constituição de uma educação inclusiva voltada à pessoa com deficiência no Brasil.

Brito e Lucena (2018), afirmam que é necessário compreender que, “existiu um período em que as pessoas com deficiência eram excluídas e desconsideradas da sociedade”. Suas presenças na sociedade ora eram ignoradas e em outras ocasiões até sacrificadas, pois, muitos compreendiam que a convivência com uma pessoa com deficiência poderia representar maldição aos que a acolhessem.

Para compreensão deste momento da história, faz-se importante entender que as sociedades primitivas, onde o nomadismo lhes atribuía uma característica peculiar. Dessa forma, “o motivo do abandono das pessoas com deficiências, uma vez que nestes povos, seriam comuns os deslocamentos constantes e a responsabilização individual dos papéis e cuidados sobre si próprios” (BRITO; LUCENA, 2018, p.272).

Segundo Carvalho-Freitas *et al* (2007 Apud Vitor 2011, p.35), neste período, a deficiência era vista como dificultadora da sobrevivência/subsistência do povo, visto que um corpo disforme ou sem as funções que garantiriam a vigor e a força pouco poderiam contribuir para a agricultura ou para a guerra. Nesse sentido, percebe-se que as pessoas com deficiência dentro do contexto das sociedades primitivas eram vistas com preconceito, sendo diminuídas e tidas como inferiores, agregando a eles uma ideia de inutilidade. Nessa época a única forma de inclusão dada as pessoas portadoras de deficiência era que se as mesmas provassem sua plena capacidade de poder realizar atividades iguais aos demais eram aceitos

na sociedade já aqueles que não provassem não eram vistos como pessoas normais e excluídos dos grupos sociais.

A concepção de inutilidade em torno da pessoa com deficiência física e mental é descrita nas análises de Pessoti (1984, p. 7):

[...] em Esparta, as crianças com deficiências físicas ou mentais eram eliminadas ou abandonadas legitimamente, pois eram consideradas subumanas. [...] essa prática era “coerente com os ideais atléticos e clássicos, além de classistas, que serviam de base à organização sociocultural de Esparta e da Magna Grécia”. Este pensamento trouxe como consequência a completa exclusão da pessoa com deficiência.

Nesse momento a exclusão das pessoas portadoras de deficiência continuava a mesma, se justificava pelos valores da crença e pelos castigos divinos, muitas pessoas morreram porque eram tidas como espécies diabólicas, e por serem considerados seres malignos tinham como sentença morrer. Tannery (1954, p. 25) no Livro III da “República de Platão”, o autor diz que “aos inválidos não serão dados cuidados: serão simplesmente abandonados”. Os castigos que os deficientes tinham eram sempre; ser levados até a morte, quando não morriam queimados morriam de fome porque não havia quem cuidasse dos mesmos, da mesma forma que se entendia que a deficiência era dada a essas pessoas como castigos referentes a algum mal cometido por eles ou por membro familiares, outra interpretação era de que eram possuídos por demônios, a essa concepção era dada uma solução, na intenção de salvar não o corpo ou a forma física, mas, o espírito do indivíduo, assim, eram submetidos ao exorcismo.

Para o autor não deve existir nenhuma possibilidade de relação social para com os que chamavam de disformes, não havendo dúvidas sobre as pessoas com algum tipo de deficiência. Devem ser abandonadas e largadas pela família, à única forma de relação seria através de caridade, por pena. A igreja foi o elemento responsável pela educação, onde acreditava que a deficiência tinha dois motivos, um era por castigo divino dado por Deus, outro era por benção diabólica dada pelo diabo, o fato das pessoas terem uma deficiência não implica a terem maiores cuidados pelo contrário isso seria desrespeitar a ordem natural, seguir os paradigmas e respeitar a ordem divina seria não incluir essas pessoas ao mesmo espaço social que os ditos normais.

Algumas passagens encontradas na literatura da época e na bíblia permitem analisar a sua natureza e procedimentos. Havia dois agrupamentos sociais: a nobreza (senhores que detinham o poder social, político e econômico,) e o populacho (considerados sub-humanos, dependentes economicamente e propriedade dos nobres). Nesse período, o “valor” de um homem estava vinculado de acordo com os preceitos da nobreza, tal valor era baseado nas características pessoais ou na “utilidade” que o indivíduo poderia oferecer, dessa forma, a “pessoa diferente”, era

praticamente exterminada por meio do abandono (ARANHA, 2005, Apud RODRIGUES; LIMA, 2017, p. 23).

Diante disso, nota-se que, a pessoa deficiente, tinha sua exclusão devido sua deficiência, que era automaticamente relacionada a uma “ineficiência”, já que, não seria “produtiva” para a nobreza, desse modo, só restava a aceitação dessa condição.

Conforme os estudos de Rodrigues e Lima (2017, p.23) ainda na Antiguidade, “a Bíblia menciona “o diferente” ao cego, ao manco e ao leproso, como sendo pedintes ou rejeitados, vistos através do medo que “a doença” representava, e também, amaldiçoados pelos deuses”. Já as pessoas tidas como “retardos mentais”, eram tratadas mediante a literatura antiga, como o bobo ou palhaço para a diversão dos senhores e de seus hóspedes.

No Cristianismo, por meio do fortalecimento da Igreja Católica, emergiu no cenário político um novo segmento: o clero. Dessa forma, assim como na Antiguidade, restava ao povo o trabalho, e, ao clero e a nobreza, o enriquecimento e o poder. “As pessoas doentes, defeituosas e/ ou mentalmente afetadas não podiam ser exterminadas, porém, dependiam da caridade humana. Assim como ocorria na Antiguidade, a pessoa “diferente” servia como fonte de diversão e material de exposição” (ARANHA, 2005, p. 10).

Acerca dessa contextualização da deficiência pelo viés do Cristianismo Rodrigues e Lima (2017) enfatizam que:

Ao longo de cinco séculos, a partir do século XII, temos a Inquisição Católica e a Reforma Protestante, onde o poder exercido pela Igreja foi se expandindo, e conseqüentemente, gerando contradições entre o discurso religioso e as ações por parte do clero, consideradas abusivas e resultando em opiniões divergentes dentro da própria igreja e fora dela também. Nesse panorama estabelecido, o poder exercido Igreja passou a ficar ameaçado, desencadeando um dos piores momentos da história, onde, qualquer suspeita de posicionamento contrário à igreja, era fortemente condenado sob forma de perseguição ou extermínio, inclusive, até a morte pela fogueira. Constam em documentos da Igreja que as pessoas com deficiência, principalmente a deficiência mental, também representavam uma ameaça contra a Igreja (RODRIGUES; LIMA, 2017, p. 24).

Vê-se que, se na Idade Média a pessoa com alguma deficiência era completamente esquecida e praticamente “não existia”, durante o período medieval, a questão era talvez, pior, pois, de acordo com Aranha (2005) no plano da metafísica, de natureza religiosa, a pessoa com deficiência era considerada “demoníaca”. Observa-se que existia uma visão estereotipada acerca das pessoas que possuíam algum tipo de deficiência. O estigma perpetua estratégias de diferenciação do indivíduo dentro da sociedade, definindo-os a partir de padrões de normalidade impostos pela ordem social vigente (GOFFMAN, 2004). Na dinâmica social há normas e padrões definidos, porém há indivíduos que não se enquadram.

Segundo Damasceno (2004), “[...] estes indivíduos encontram-se marcados por conta de peculiaridades físicas e psicológicas, pois os mesmos são tidos como diferentes e inferiores em relação à maioria da sociedade” (DAMASCENO, 2004, p.01). As pessoas são avaliadas e manipuladas o tempo todo por aqueles que se consideram “normais”, assim, o ser estigmatizado passa a ser excluído e rejeitado e torna-se vítima constante de situações cotidianas que o excluem do convívio social.

Diante do exposto, posteriormente ao período em que a igreja exerceu sua influência sobre a sociedade, desencadeia na história, a Revolução Burguesa, responsável pela queda do poder religioso. A Revolução Burguesa foi responsável também, pela implantação de uma nova forma de produção: o capitalismo mercantil, que foi a primeira forma de capitalismo⁴. Aranha (2005, p. 13) menciona que nesse período da história, “a pessoa com deficiência, ao esclarecer um início de novas ideias, relacionando a deficiência à natureza orgânica, fruto de causas naturais, onde passou a ser tratada também por meio da alquimia, da magia e da astrologia, métodos da incipiente medicina”.

Já no século XVII, novos avanços na medicina, elucidaram a **tese da organicidade**, corroborando para o entendimento da deficiência, como um processo natural. A tese da organicidade favoreceu o tratamento das pessoas com deficiência, juntamente com a **tese do desenvolvimento por meio da estimulação**, ainda que lentamente, para ações de ensino, a partir do século XVIII (ARANHA, 2005, p.13).

Desse modo, até aqui, apresenta-se uma breve exposição acerca do “tratamento” dado às pessoas com deficiência, marcadas por uma nítida exclusão. O surgimento de uma concepção mais científica acerca da deficiência vai se desenvolvendo a partir do século XVII, com a expansão da tese da organicidade e tese do desenvolvimento por meio da estimulação.

Durante séculos, as pessoas eram tratadas como *aleijadinhos ou inválidos*, porque eram considerados inúteis. No século XX, até cerca de 1960, passaram a denominar-se de *incapacitados* (admitindo-se eventual capacidade residual). Entre 1960 a 1980, aproximadamente, predominou o conceito de *pessoas defeituosas* (com deformidades) e *excepcionais* passando, de 1981 a 1987, a denominar-se de pessoa com *deficientes*. A partir de 1988 até 1993 adotou-se o termo de *pessoas portadoras de deficiência*, mas desde 1990 já havia referências a *pessoas com necessidades especiais*, de que a dotou a expressão *portadoras de necessidades especiais*, um conceito mais amplo e que não sugere a condição negativa de carregar uma deficiência (CALTRO, 2007, p.10).

Vê-se através da narrativa biomédica, onde o objetivo era entender e controlar o que chamavam de problema, após o processo da visão médica em entender e controlar os

⁴ Iniciou-se, nesse contexto, “a formação dos estados modernos, os quais passaram a funcionar com uma nova divisão social do trabalho: os donos dos meios de produção e os operários, os quais passaram a viver com a venda de sua força de trabalho” (ARANHA, 2005, p.12).

ditos diferentes surgiu o conceito de anormais, onde não se pretendia apenas entender e controlar, mas corrigir um corpo que não se encaixava no que chamavam de padrões.

[...] no modelo, cognominado médico, a deficiência é conceituada como um problema e a pessoa com deficiência é vista como objeto de atendimento e intervenção clínica. Sendo assim, para compensar suas limitações funcionais, necessita de uma equipe de profissionais e especialistas, capazes de propiciar serviços e tratamentos visando à sua cura. Nesse enfoque, a pessoa é vista como um receptor passivo de apoios institucionalizados e não como um sujeito de direitos (FARIAS; LOPES, 2015, p. 229).

Construído na primeira metade do século XX, conforme Maior (2018) afirma que no modelo biomédico, a pessoa com deficiência era vista apenas pela sua limitação funcional, onde os médicos buscavam a todo o momento adequar os deficientes a uma sociedade de pessoas que alegam ser normais, e não se davam conta que a única anormalidade existente era a forma de olhar o outro apenas pela forma física.

Na idade moderna houve uma mudança referente há como se via os deficientes, constatou que a deficiência não era um castigo divino e sim uma doença. Percebe-se que a inclusão de pessoas portadoras de necessidades educativas especiais passa por um grande e longo processo até chegar ao que se chama de aceitação e respeito pelo outro, de direitos iguais de respeito à universalidade. As pessoas portadoras de deficiência começaram a perceber que havia a necessidade de se mobilizarem e mostrar que não são contagiosos.

Somente no final do século XX, começou a haver inclusão com objetivo de ver todos em um mesmo espaço social, esse processo partiu da mobilização dos próprios portadores de deficiência criando assim os movimentos sociais ou matriz de inclusão. Como afirma Negreiros (2014):

Mudanças socioculturais foram ocorrendo paulatinamente na Europa, cujas marcas principais foram o reconhecimento do valor humano, o avanço da ciência e a libertação quanto a dogmas e credices, reconhecendo-se que o grupo de pessoas com deficiência deveria ter atenção específica fora dos abrigos ou asilos para pobres e velhos. Apesar das malformações físicas ou limitações sensoriais, essas pessoas, de maneira esporádica e ainda tímida, começaram a ser valorizadas enquanto seres humanos (NEGREIROS, 2014, p. 15).

Com isso, iniciou-se um processo de constituição de uma nova concepção acerca da deficiência. Segundo Corrent (2019, p. 10) com a instauração de tais mudanças estabelecidas na sociedade, além, de mudanças no contexto social, histórico a deficiência começa a ganhar novas concepções “principalmente de aceitação como de apoio e a sociedades passa a aceitar como defender os direitos dos deficientes e sendo assim a

deficiência vai conquistando seu espaço junto à sociedade, construindo sua história dentro da concepção de superação”.

Assim, fica claro que a deficiência em si não torna a pessoa com deficiência incapacitada, mas, a sua relação com o ambiente sim. Portanto, é o meio que é deficiente, pois esse, muitas vezes, não possibilita o acesso de forma plena a essas pessoas, não proporcionando equiparação de oportunidade (LEITE, 2012, p. 51).

De acordo com Leite (2012) o meio social onde a pessoa com determinada deficiência encontra-se inserida, é permeado de fatores que excluem e inferiorizam a pessoa deficiente. Pois, não permite que os mesmos acessem as oportunidades que são fornecidas aos sujeitos ditos normais.

Com base no exposto, analisando a vivência dos sujeitos com deficiência, movimentos de reivindicação em defesa do direito das pessoas com deficiência começam a emergir nos anos 80, sob a forma de articulação política e reivindicatória.

Atualmente no Brasil, como em outros países, felizmente, percebeu-se com o tempo que, as pessoas com deficiência poderiam estar socialmente integradas participando da vida educacional, laboral e cultural sem estarem restritas ao espaço familiar, hospitais ou as instituições especializadas. Esse é o reflexo da luta, iniciada nos anos 80, em defesa dos direitos das pessoas com deficiência e que reverbera nas legislações, nas políticas públicas e nas ações [...] (NEGREIROS, 2014, p.17).

É possível analisar que nas décadas de 1980 e 1990 no Brasil um contexto nacional em que começava a discutir a inclusão das pessoas com deficiência, cria-se uma nova concepção acerca da deficiência e dos sujeitos que são portadores. Inicia-se um processo de constituição de legislações que colaborem para a inclusão dos deficientes dentro da sociedade, onde os mesmos pudessem participar de uma vida educacional, laboral e cultural.

Desse modo, modificações começam a ocorrer desde a promulgação da Constituição Federal em 1988, onde se estabelece que “a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família” (Art. 205), ficando garantindo a “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (art.206, I). Logo mais tarde, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases - LDB 9.394/96, mais conquistas são direcionadas ao público portador de alguma deficiência, pois com base no Art. 59, é oferecida educação especial aqueles que tenham alguma deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

Para dar continuidade a esta discussão é necessário realizar uma distinção entre o conceito de deficiência e a definição de criança especial. Sobre o termo referente à criança portadora de necessidades especiais, destaca-se que, conforme sua conceituação a criança

deve ser encarada como um ser diferente, constituído por características, interesses, aptidões e dificuldades que permitem uma aprendizagem de acordo com a sua individualidade. Sobre o termo deficiência, refere-se a perda ou anormalidade de estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, temporária ou permanente (AMIRALIAN, 2000). Podendo ser incluindo a ocorrência de uma anomalia, defeito ou perda de um membro, órgão, tecido ou qualquer outra estrutura do corpo, inclusive das funções mentais. Como os termos, “deficiência”, e “portador de necessidades especiais” apareceram bem recentemente, já no século XX (ARANHA, 2005). Atualmente a denominação a ser considerada é pessoa com deficiência, relacionando à educação, são utilizados os termos alunos/estudantes com deficiência (RODRIGUES; LIMA, 2017).

2.1 Um breve histórico sobre a caracterização das Crianças Especiais.

Existe no Brasil um percentual bem crescente de pessoas com deficiência, sejam elas congênitas ou adquiridas no decorrer da vida. Segundo a Cartilha do Censo 2010 sobre dados acerca da deficiência:

Pessoas com Deficiência (2012), 45.606.048 brasileiros têm algum tipo de deficiência, ou seja, esse número corresponde a 23,9% da população total. A deficiência visual é a de maior prevalência, atingindo 18,6% dessas pessoas. Em seguida, a deficiência motora ocorre em 7% da população, a deficiência auditiva em 5,10% e a deficiência mental ou intelectual em 1,40%. É possível verificar que 8,3% da população brasileira apresentava na ocasião pelo menos um tipo de deficiência severa, sendo que 3,46% tinham deficiência visual severa, 2,33% deficiência motora severa, 1,12% deficiência auditiva severa e 1,4% deficiência mental ou intelectual severa (BRASIL, 2012, p. 23).

Conforme esses dados, é possível realizar uma análise acerca do percentual de pessoas com deficiência no Brasil, seja, auditiva, visual, motora, mental. Seguindo essa informação, abaixo se tem o quadro das regiões brasileiras, constatando-se onde ocorre maior ou menor prevalência de deficiência.

[...] a maior prevalência de pessoas com deficiência é na Região Nordeste desde 2000, quando a taxa já era a maior comparando as regiões, 16,8% naquele ano e 26,3% em 2010. Na sequência, em 2010, a Região Norte aparece com 23,40%, a Região Sudeste com 23,03%, a Região Centro-Oeste com 22,51% e a Região Sul com 22,50%. Os Estados do Rio Grande do Norte, com 27,76% e da Paraíba com 27,58%, são os de maior incidência de deficiência e as taxas mais baixas de existência de pessoas com deficiência estão no Estado de São Paulo, 22,6% e no Distrito Federal, 22,3% (BRASIL, 2012, p. 23).

Conforme dados acima a região com maior prevalência de pessoas com deficiência é na Região Nordeste desde os anos 2000, a origem dessas deficiências pode ser congênita ou adquirida, por algum tipo de acidente. De acordo com Rodrigues *et al* (2009, p.109) “além das pessoas que apresentam deficiências congênitas (deficiências físicas, auditiva, visual, mental ou deficiências múltiplas), a cada dia 500 brasileiros tornam-se deficientes”. Dentre os fatores responsáveis por esse número significativamente alto, encontra-se: acidentes no trabalho, no trânsito e violência urbana.

De acordo com o exposto, evidencia-se certa fragilidade na efetivação dos direitos humanos. Demonstrando, segundo Farias e Lopes (2015) que a presença de instrumentos legais não tem sido suficiente “para demover a aceleração de processos excludentes, ou seja, além da criação de proteções legais são necessárias capacidade e vontade política para implementar políticas públicas e mobilização da sociedade para exigir seu cumprimento”.

Diante disso, políticas de educação inclusivas começam a ser desenvolvidas, na intenção de universalizar o ensino a todos. A Educação Especial passa, no final do século XX e início do século XXI, por grandes reformulações, crises e mudanças. “É dentro deste contexto histórico que se intensifica o processo de exclusão e que o termo excepcional passa a ser utilizado. Portanto, a história da humanidade, nas diferentes culturas ocidentais, nos transporta ao resgate das diferentes formas de se entender a deficiência e, portanto, seus paradigmas de atendimento” (FUMEGALLI, 2012, p.8).

O termo criança especial denominou-se devido às escolas especiais, espaços destinados ao atendimento de pessoas com alguma deficiência como, surdez, cegueira ou deficiência mental e motora. Tais espaços foram construídos com base nas medidas de políticas públicas voltadas a valorização da pessoa com deficiência, como a Declaração dos Direitos Humanos (1948), Declaração de Salamanca (1994) criados na tentativa de eliminar os preconceitos e de integrar os alunos portadores de deficiências em escolas especializadas de ensino.

Esse movimento caracterizou-se, de início, pela utilização das classes especiais (integração parcial) na “preparação” do aluno para a “integração total” na classe comum. Ocorria, com frequência, o encaminhamento indevido de alunos para as classes especiais e, conseqüentemente, a rotulação a que eram submetidos (BRASIL, 2004, p. 323).

Nesse momento percebeu-se que a deficiência não era uma doença e que os mesmo não deveriam ficar em clínicas e hospitais e sim nas escolas especiais, essas escolas destinavam-se uma educação para pessoas portadoras de deficiência, percebe-se que exclusão

permanece essas pessoas tinham um tratamento diferenciado dos demais ocupando sempre espaços diferentes levando assim a mais exclusão.

[...] quanto à educação de deficientes, provavelmente surgiu um trabalho promovido por algumas pessoas sensibilizadas com o problema, que encontraram apoio governamental, precário, é verdade, mas num momento em que a elite intelectual estava preocupada em elevar o país ao nível do século. [...] Na realidade o que prevaleceu foi o descaso por essa educação, e pela educação popular como um todo (JANNUZZI, 1992, p.25).

Apesar da existência de trabalho voltado a inclusão das pessoas com deficiência dentro do ambiente e escolar e social, isso não foi suficiente. Já que, a prevalência de um total descaso acerca de tais questões era visível, não existindo atividades escolares adequadas com as necessidades de cada aluno e deve principalmente atender as necessidades particulares de aprendizagem.

Apesar das escolas especiais surgiram com objetivo de atender aos portadores de necessidades educativas especiais de forma diferenciada, com a intenção era incluir socialmente, “as escolas com classes especiais “favoreceram” fortemente para a exclusão e preconceito com relação ao aluno com deficiência” (RODRIGUES; LIMA, 2017, p.27).

A segregação acabava gerando o preconceito com relação aos estudantes que não “apresentavam padrões de normalidade”, ao eximir a responsabilidade da escola e conseqüentemente, o favorecimento de maiores avanços nos estudos acerca dessa população, que poderiam visualizar mudanças significativas no campo da educação (RODRIGUES; LIMA, 2017, p.27).

Um longo caminho foi percorrido entre a exclusão e a inclusão escolar e social, atualmente, “a legislação brasileira orienta os estabelecimentos de ensino para atender os alunos com necessidades educacionais especiais “preferencialmente” em classes comuns das escolas, em todos os níveis, etapas e modalidades de educação e ensino” (BRASIL, 2004). Mudou-se para uma escola inclusiva onde todos os alunos com necessidades educativas especiais devem frequentar os mesmos ambientes que outros cidadãos em especial a escola.

2.2 As diversas modalidades de deficiência

Desde o início da história existem várias concepções sobre deficiência, de tal modo, são várias as deficiências encontradas na atualidade que conceituam a deficiência e reconhece a experiência da opressão sofrida pelas pessoas com impedimentos (BRASIL,

2009). Nesta instância para o Governo Brasileiro o termo deficiência remete-se as lutas, perdas e sofrimento que as pessoas portadoras de deficiência passaram e passam por precisarem de alguns suportes para estar junto aos grupos sociais.

Nessa perspectiva, é importante citar as diversas modalidades de deficiência [...] que estão categorizados no Decreto nº 5.296/2004 como: deficiência física, auditiva, visual, mental (atualmente intelectual, função cognitiva) e múltipla, que é a associação de mais de um tipo de deficiência (BRASIL, 2004). Todas essas contribuem para desigualdades de quem é portador tanto na área educacional como profissional, é importante refletir que não são essas modalidades de deficiência que excluem e sim a sociedade, mas, o meio social que ao longo do seu desenvolvimento histórico desenvolveu concepções preconceituosas e limitantes acerca das pessoas com deficiência.

Cada modalidade de deficiência traz consigo suas limitações e impedimento. Na deficiência física existe uma alteração do corpo levando a limitação completa ou parcial; na auditiva existem duas realidades uma quando a pessoa nasce surda à mesma não consegue se comunicar usando a oralidade por existe a Língua Brasileira de Sinais- LIBRAS, para atender a esse público, já aqueles que nascem ouvindo e se tornam surdos tem a possibilidade de se comunicar usando a escrita, legendas e outros, esse processo ocorre devido à convivência e muitas vezes pela alfabetização; a deficiência visual é caracterizada pela baixa visão ou perda total dela, para os que têm baixa visão é possível utilizar letras grandes, cores chamativas, mas para aqueles que são totalmente cegos para comunicação usa-se o braile uma espécie de código com pontos decodificados, para essa deficiência existe um impedimento maior no deslocamento necessitando de bengalas, cão guias ou outra pessoa para direciona-los, para deficiência mental o termo é diagnosticados aqueles que têm um rendimento intelectual menos que o normal, a deficiência múltipla é aquela em que o indivíduo é portador de mais de uma deficiência, necessitando de maior apoio para o desenvolvimento de sua autonomia.

Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2010), no estado Maranhão existe um grande contingente de pessoas portadoras de alguma deficiência. De acordo com o levantamento pela referida instituição no Maranhão cerca de 138.274 pessoas são deficientes visuais, 51.507 são deficientes auditivas, 91.751 possuem deficiência motora e 5.506 são portadores de deficiência mental/intelectual (IBGE, 2010). Em complemento a está informação, nos dados apresentados dados da Pesquisa Nacional de Saúde – PNS 2013 no Brasil sobre as pessoas com deficiências temporária ou permanente, progressiva, regressiva ou estável e intermitente ou contínua. Foram estimados dados a respeito de quatro tipos de deficiências: intelectual, física, auditiva e visual. A PNS estimou

200,6 milhões de pessoas residentes em domicílios particulares permanentes, em 2013. Desse total, 6,2% possuía pelo menos uma das quatro deficiências citadas anteriormente.

É bastante crescente o contingente de pessoas diagnosticadas com algum tipo de deficiência no Maranhão, as mesmas podem ser diagnosticadas em diversas modalidades como, deficiência visual, auditiva, motora e mental/intelectual. Diante disso, torna-se importante uma exposição das diferenciações que existem na classificação de determinada deficiência.

2.3 Deficiência Física

É possível afirmar que existem duas formas de adquirir deficiência física uma delas é a congênita, aquela onde o indivíduo já nasce deficiente ou com algum tipo de paralisia física ou impedimento de movimentar-se de alguma forma, a outra é adquirida, nessa forma o indivíduo ao longo de sua existência se torna deficiente.

Desde o nascimento, o cérebro infantil está em constante evolução através de sua inter-relação com o meio. A criança percebe o mundo pelos sentidos, age sobre ele, e esta interação se modifica durante a evolução, entendendo melhor, pensando de modo mais complexo, comportando-se de maneira mais adequada, com maior precisão prática, à medida que domina seu corpo (LEFÈVRE et al Apud CAMARGO, 1994, p. 17).

Nesse sentido uma criança ou adolescente com deficiência física devem estar inseridos e inclusos nas atividades diárias da família e da sociedade como todo, pois os mesmos devem fazer parte do mundo e são nessas atividades diárias que os mesmos terão a oportunidade de mostrar suas habilidades, e quando errarem saberá como reiniciar. Nessa ótica todo deficiente têm capacidade de desenvolver e fazer atividades, com tudo é importante entender que as adaptações são de grande êxito, pois uma criança quando está no processo de desenvolvimento da fala, para se desenvolver com mais facilidade e rapidez, a mesma precisa de alguém que a estimule e se comunique. Da mesma forma é uma pessoa portadora de deficiência física, para que ela desenvolva suas habilidades de se deslocar é preciso que seu espaço e o direito de ir e vir seja garantido, tanto pelas pessoas que estão ao seu redor como pela sociedade como todo e em especial pelas adaptações.

Para o total exercício do seu direito de ir e vir, a Lei Nº 12.587/12 conhecida como Lei da Mobilidade Urbana, determina aos municípios o serviço de planejar e executar a

política de mobilidade urbana. Tal política pública implica na promoção do direito de locomoção as pessoas com alguma deficiência, então, o planejamento é parte importante desta ação que visa “a participação da sociedade [...] em todas as etapas do planejamento das políticas públicas, inclusive nas fases iniciais de identificação das necessidades dos cidadãos”.

A criança é um ser que está em constante evolução, seu cérebro tem capacidade de aprender e desenvolver-se com maior facilidade mais que um adulto, com isso, sua potencialidade de se adaptar no meio social é mais fácil do que uma pessoa sem deficiência aceitar esse ser incluso como em seu meio.

A deficiência física se refere ao comprometimento do aparelho locomotor que compreende o sistema Osteoarticular, o Sistema Muscular e o Sistema Nervoso. As doenças ou lesões que afetam quaisquer desses sistemas, isoladamente ou em conjunto, podem produzir grandes limitações físicas de grau e gravidades variáveis, segundo os segmentos corporais afetados e o tipo de lesão ocorrida (BRASIL, 2006, p. 28).

Como se vê a deficiência física compromete não apenas as partes do corpo, mas também o sistema nervoso, dentro desta perspectiva sabe-se que o cérebro comanda o corpo, nesta instância para que o deficiente físico tenha êxito na sua reabilitação e adaptação, ele precisa dos comandos psicológicos, assim, é importante observar se o fato da criança e adolescente ser deficiente, se isso afetou seu psicológico, pois para que este indivíduo se socialize, o mesmo deve estar ciente que é deficiente mais que não é incapaz.

2.4 Deficiências Áudio-Visual

Acerca da definição sobre deficiência visual, Ochalita e Espíndola (1993) definem a cegueira como “uma deficiência sensorial que se caracteriza pelo fato de que pessoas que dela padecem têm seu sistema visual de coleta de informações total ou seriamente prejudicado”. De forma que não podem fazer com perfeição atividades que requerem detalhes de visão (OCHAÍTA e ESPÍNDOLA, 1993, p.151).

Pode-se dizer que quando se refere à deficiência auditiva, existem formas diferentes de comunicação para aqueles que nascem ouvindo e aprendem a falar, e que posteriormente perdem a audição no decorrer da vida têm a oportunidade de desenvolver a língua oral e posteriormente aprender a escrever e ler bem como se comunicar através da escrita. Já aqueles que nascem surdos ou perdem a audição antes de aprender a falar usam a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, como forma de comunicação. Língua Brasileira de

Sinais – Libras, oficializada na Lei nº 10.436/2002, sendo obrigação de o Estado manter intérpretes de Libras nos órgãos públicos, bem como capacitar os agentes públicos a usar a Libras (BRASIL, 2002).

Torna-se evidente o uso indispensável de LIBRAS, principalmente na área educacional do indivíduo pode-se dizer que a mesma é a mais adequada ao processo de adaptação e inclusão dos deficientes auditivos. Em Libras os classificadores descritivos “desempenham uma função descritiva podendo detalhar som, tamanho, textura, paladar, tato, cheiro, formas em geral de objetos inanimados e seres animados”. (PIMENTA e QUADROS, 2006, p.71). De acordo com o autor a língua de sinais LIBRAS é bastante eficaz na vida da pessoa portadora de deficiência auditiva podendo detalhar tudo que acontece com os gestos

Segundo o autor percebe-se que a intenção do braile foi facilitar a forma de comunicação dos deficientes visuais facilitando o processo educacional destes nas escolas, a alfabetização e o aprendizado destes não estar pautada apenas no ouvir e sim no tato, o braile foi criado em 1825 pelo jovem Louis Braille em Paris.

No processo educacional já houve várias modificações e adequações para obter um melhor rendimento dos alunos, no entanto para os deficientes visuais a melhor forma encontrada até agora continua sendo o Braille. Para (OLIVA, 2000, p, 1) [...] a pessoa com deficiência visual, depende em muitos momentos dos olhos de outra pessoa, para a realização de muitas atividades, e que buscam depender o menos possível, buscando a autonomia, para realização de suas atividades. Nessa instância ver-se-ão importância de levar um pouco mais de liberdade aos deficientes visuais a escrita em Braille são os olhos que esses deficientes precisavam para ter um pouco mais de liberdade,

E, se a leitura é importante para qualquer cidadão, ela não é menos importante para os deficientes visuais, privados da capacidade de apreensão de informação pela imagem ou drasticamente limitados quanto a essa capacidade. As consequências desta incapacidade, terrivelmente limitativas para os que são afetados por elas, poderão ser bastante atenuadas, se o hábito e a facilidade de ler, bem como a abundância e a variedade de livros, revistas e jornais, facilmente acessíveis, tiverem podido criar o interesse e o gosto pela leitura. (OLIVA, 2000, p. 2).

No cenário educacional é necessário um preparo não apenas do aluno e sim do professor para que ambos dominem essas línguas é necessário praticar e isso leva tempo, nessa ótica é possível que haja uma educação de qualidade, inicialmente é necessário que tenha eficácia na formação adequada de professores, principalmente de professores que atuam em escolas públicas de ensino regular, onde é através de sua formação que será possível promover a tarefa de boa qualidade no ensino de alunos com deficiência, fazendo uso das

diversas formas de comunicação. Pode-se dizer que, através dessa formação especializada que o educador terá a facilidade de lidar com as várias situações no âmbito escolar o mesmo tem como papel fundamental, respeitar, acolher estes alunos com deficiência aceitá-los e desenvolver uma educação de qualidade e de inclusão.

2.5 Deficiência Mental

É importante fazer apontamentos acerca da deficiência mental uma vez que alunos com deficiência são vistos por muitos, como seres incapazes de decodificar as informações, principalmente em sala de aula onde as informações são passadas pelo professor.

[...] Uma criança que apresenta um fator orgânico limitante não tem que fazer face apenas a uma dificuldade inata, mas, fundamentalmente, à maneira como está dificuldade entra em jogo na relação com as outras pessoas, inicialmente com seus pais e, pouco a pouco, com todo o âmbito social, passando pela escola (MANNONI, 1995).

Nessa ótica percebe-se que a deficiência mental é um fator que está relacionado à possibilidade de conhecer, de respeitar, não apenas por parte do deficiente, mas a sociedade como toda. Com tudo é importante pensar que muitas crianças são postas como deficientes mentais apenas por desenvolverem alguns aspectos de neurose, autismo entre outros, quando na verdade não são, uma criança ou adolescente com deficiência mental tem o direito de estar incluso na sociedade e na escola, a fim de desenvolver suas habilidades com mais facilidade o contato com pessoas de diferentes públicos facilitam e lhes proporcionam autoestima.

Diante desse contexto, encontra-se o importante trabalho desempenhado pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE que “é uma instituição sem fins lucrativos que atende às pessoas com deficiência mental nas áreas clínicas e pedagógicas, contemplando também a educação profissional” (GOMES, 2007, p.29).

A sociedade por não possuir um conhecimento aprofundado considera com deficiência qualquer indivíduo que não acompanha todos os estímulos de uma conversa ou outra atividade laboral desenvolvida por outro sujeito. Desse modo, torna-se importante conhecer que referente à deficiência mental a mesma pode ser caracterizada em quatro estágios deferentes: a leve, a moderada, o severo e a deficiência mental.

A leve, a pessoas portadoras dessa característica de deficiência conseguem acompanhar o ritmo escolar junto aos demais alunos e realizar tarefas concluindo-as o mesmo

só precisa de orientações mais precisas. A moderada, nesse estágio a pessoa não consegue se encaixar nos ditos padrões sociais sozinhas precisando de ajuda e suporte a todo instante. O severo, nesse estágio o indivíduo tem pouco desenvolvimento motor e principalmente na sua oralidade sua permanência na sociedade deve ser sempre acompanhada por algum, ou seja, a pessoa portadora de deficiência mental no estágio severo deve ser monitorada a todo instante. Por fim tem a deficiência mental caracterizada como profundo nesse nível o deficiente apresenta pouco desenvolvimento motor e sensorial, mesmo nesse estágio existe possibilidades de adquirirem habilidades de hábitos pessoais.

Uma forma de prevenir a deficiência mental é a realização do teste do pezinho, essa ação pode evitar a possível deficiência. É importante acabar com esse estereótipo onde as pessoas veem as pessoas portadoras de deficiência mental como “anormais” e “retardadas”, esses deficientes podem exercer as mesmas funções que qualquer outra pessoa desde que respeitem seu tempo de aprendizagem.

O aluno com deficiência mental é capaz de exercer qualquer atividade, o mesmo pode se apropriar, por meio de mediações pedagógicas e assistência social, esse apoio do assistente social e professor não é apenas para que esse aluno tenha apenas conhecimentos relativos ao aprendizado da língua e escrita e sim, para ele possa se sentir útil com suas habilidades próprias.

Nesse contexto de deficiência mental, é possível afirmar que sua maior e mais frequente característica, é a redução da capacidade intelectual, com tudo, mesmo com esse desfite, todas as pessoas, entre elas crianças e adolescentes com deficiência têm o direito e liberdade de conviver e se expressar da maneira que quiser e poder, ou seja, todos são iguais enquanto cidadãos.

Desse modo, vê-se que de acordo com Belisário (2005) é viável que as escolas sejam verdadeiramente inclusivas, abertas à diversidade, há que se reverter o modo de pensar, e de fazer educação nas salas de aula, de planejar e de avaliar o ensino e de formar e aperfeiçoar o professor, especialmente os que atuam no ensino fundamental. “Entre outras inovações, a inclusão implica também em outra fusão, a do ensino regular com o especial e em opções alternativas/aumentativas da qualidade de ensino para os aprendizes em geral” (BELISÁRIO, 2005, p. 130). Portanto, é necessária a adoção de medidas que tornem o ambiente escolar mais inclusivo e aberto à diversidade voltado a convivência das diferenças.

3. A ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO JOSÉ FERREIRA DE SOUSA E O ENSINO INCLUSIVO.

Com base nos dados fornecidos pelos participantes da pesquisa, foi possível traçar um perfil analítico do processo de inclusão de crianças especiais, assim como, os desafios que apresentam nesse trajeto. Analisando de início os elementos relacionados ao espaço escolar, logo depois será realizada uma reflexão sobre o processo de inclusão de alunos especiais. Realizando uma reflexão acerca das possibilidades de inclusão que são oferecidas pela referida instituição escolar, apontando os métodos de ensino, a distribuição das salas em uma modalidade inclusiva, a percepção dos docentes sobre os alunos especiais, como acontece o processo de retenção da aprendizagem e, os desafios que rodeiam esse movimento de inclusão escolar.

Como já dito anteriormente, a pesquisa foi realizada por meio de um estudo de campo na Escola Municipal Prefeito José Ferreira de Sousa, localizada na zona rural do município de São Bernardo – MA. Para a coleta de dados, fez-se uso da entrevista semiestruturada com seis (6) participantes que atuam na docência, supervisão e direção da escola. As entrevistas foram realizadas no mês outubro de 2019, no ambiente escolar com base na disponibilidade de horários dos agentes participantes do estudo. A opção pelo procedimento da entrevista semiestruturada deu-se devido uma maior possibilidade de realização de uma análise dos métodos que impulsionam o processo inclusão na escola, assim como, a identificação dos desafios. Pois, esse tipo de método de pesquisa proporciona que os entrevistados informem ao entrevistador, suas concepções de mundo e valores referentes ao tema em questão, através de um discurso livre de imposições (SELLTIZ apud MIRANDA, 2011).

3.1 O espaço escolar

O leste maranhense também conhecido como Baixo Parnaíba Maranhense é composto por 16 municípios: Mata Roma, Água Doce do Maranhão, Anapurus, Araisos, Belágua, Brejo, Buriti, Chapadinha, Magalhães de Almeida, Milagres do Maranhão, Santa Quitéria do Maranhão, Santana do Maranhão, São Benedito do Rio Preto, São Bernardo,

Tutóia e Urbano Santos. A população total do território é de 411.525 habitantes, dos quais 219.641 vivem na área rural, o que corresponde a 53,37% do total⁵.

A Escola Municipal Prefeito José Ferreira de Sousa, fica localizada na zona rural do município de São Bernardo – MA, a exatamente 374 Km da capital do Estado. A instituição é uma escola que oferece ensino de 6º ao 9º ano do fundamental maior, pertence à rede pública de ensino do município de São Bernardo – MA. Funciona nos turnos matutino, vespertino e noturno. Matutino e vespertino com 6º ao 9º ano regular, sendo a manhã para o 6º e 7º ano e a tarde para o 8º e 9º ano, e, no turno noturno, funciona com Educação de Jovens, Adultos e Idosos – EJA.

Tabela 1: Quadro de alunos.

	6º ano	7º ano	8º ano	9º ano	EJAI
Quantidade de alunos	59 alunos	80 alunos	62 alunos	49 alunos	60 alunos
Masculino	23 homens	32 homens	28 homens	20 homens	21 homens
Feminino	36 mulheres	48 mulheres	34 mulheres	29 mulheres	39 mulheres
Idade	11 a 17 anos	12 a 13 anos	13 a 15 anos	14 a 16 anos	18 a 80 anos

Fonte: Dados fornecidos pela instituição Escola Municipal Prefeito José Ferreira de Sousa.

Com base na tabela 1 podemos observar que a escola atende a um público de 310 alunos de 6º ao 9º ano do ensino fundamental maior e, da Educação de Jovens, Adultos e Idosos – EJA. Sendo que a sua distribuição ocorre da seguinte forma, 59 alunos no 6º ano, divididos em duas salas, são 80 alunos no 7º ano distribuídos em três salas, esses pertencem ao turno matutino. No turno vespertino tem o 8º ano que é composto por 62 alunos divididos em três salas e, 49 alunos no 9º ano distribuídos em duas salas. Já no turno noturno funciona o EJA, são 23 alunos na 1ª e 2ª etapa, 12 na 3ª etapa e 15 na 4ª etapa, ao todo são 60 alunos.

Acerca da faixa etária dos alunos que atuam de 6º ano 9º ano a mesma varia de 11 a 17 anos de idade, já entre os alunos do EJA a média varia de 18 a 80 anos de idade. Acerca dos alunos com deficiência ou necessidades especiais, cabe ressaltar que na referida instituição existe apenas um aluno com deficiência, o mesmo é aluno do 6º ano do

⁵ Disponível em: <http://sit.mda.gov.br>. Acesso: 19/ 11/ 2019.

fundamental maior, do sexo masculino e com idade de 17 anos. O mesmo estuda no 6º B, em uma sala de ensino regular com cerca de 20 alunos.

Sobre a relação do quadro de funcionários que atuam na escola, os mesmos se dividem entre professores, gestores, secretária, cozinheiros e faxineiras. Como é possível observar na tabela abaixo:

Tabela 2: Relação dos Funcionários da escola.

	Professores	Secretaria	Porteiros	Cozinheiras	Gestoras	Faxineiras (os)
Quantidade	22 docentes	1 secretaria	4 porteiros	4 cozinheiras	2 gestoras	4 faxineiros (as)
Masculino	6 homens	0 homens	4 homens	0 homens	0 homens	2 homens
Feminino	16 mulheres	1 mulher	0 mulheres	4 mulheres	2 mulheres	2 mulheres
Idade	30 a 65 anos	30 anos	29 a 45 anos	30 a 47 anos	37 a 48 anos	31 a 42 anos

Fonte: Dados fornecidos pela instituição Escola Municipal Prefeito José Ferreira de Sousa.

Com base na Tabela 2 nessa escola atuam (22) vinte e dois docentes, (12) profissionais, entre, porteiros, merendeiras e zeladores distribuídos nos três turnos, além de, (1) secretaria e (2) diretoras sendo uma titular e a diretora adjunta. Os mesmos residem no próprio povoado da escola, ou em povoados que ficam a 4Km de distância da escola, e outros residem na cidade de Santa Quitéria – MA que fica a uma distância de 22Km do município de São Bernardo – MA.

Sobre os materiais permanentes a escola possui um (1) notebook, (1) Data Show, (1) impressora e um (1) computador de mesa. No caso do computador de mesa, devido à ausência de um estabilizador de energia o computador de mesa e impressora, ainda está sem uso. Com relação à estrutura arquitetônica, a mesma é semelhante aos demais da maioria das escolas do município.

A mesma é composta por 6 salas de aula, 1 cantina, 3 banheiros (um masculino e um feminino) e um deles se localizando na secretaria para uso dos professores, 1 sala da diretoria (que também é secretaria e sala dos professores), 1 quarto para guardar os livros, 1 dispensa, onde ficam os suprimentos para o lanche dos alunos, 2 corredores que dão acesso as salas e um salão logo na entrada da escola.

A mesma ainda possui uma quadra esportiva descoberta e um terreno grande que é rodeado por um muro de tamanho médio. Além, do muro citado, a escola é toda gradeada, onde os alunos só têm acesso à parte externa da instituição para a realização de atividades, acompanhados de algum professor.

Figura 1: Entrada da escola.



Fonte: Arquivo pessoal.

Como é possível observar nas figuras 1 vê-se a entrada da escola que possui grandes de ferro que ficam fechadas durante o período das aulas, mas, durante eventos que envolvem todo o corpo escolar o portão fica aberto para o acesso de todos e, pessoas da comunidade.

Figura 2: Salão e corredor da escola.



Fonte: Arquivo pessoal.

Na figura 2, observa-se o corpo da escola com os corredores que dão acesso as salas de aulas, para ter acesso a cada corredor têm-se uma rampa em ambos os lados.

Acerca do espaço físico da escola, a instituição apresenta uma boa infraestrutura, as salas são amplas. Mesmo assim, encontram-se alguns contratempos, como o fato de alguns ventiladores das salas de aula não estarem funcionando e de não existir uma sala para os professores ficarem no intervalo das aulas, os mesmos precisam ficar sentados em cadeiras que são colocadas no salão da escola, já que, a sala da diretoria é muito quente no período da tarde. Às vezes, a escola passa por situações de falta de água, prejudicando o andamento das aulas, principalmente, no período da tarde por ser muito quente. Sobre os aspectos de higienização do ambiente escolar, ressalta-se que se encontra em boas condições, os funcionários procuram manter a escola sempre limpa.

O público atendido pela escola é composto por alunos provenientes do povoado Currais, onde se localiza a escola, como das demais localidades vizinhas, como: Santa Maria, Nova Esperança, São Miguel, Cajazeiras, Vila São José, Estiva, Caminho Velho, Anarjzinho, Pedrinhas, Pau d'Água, Porções e Cocal. Essas localidades são pequenos povoados na zona rural do município de São Bernardo - MA, que ficam situados a 2km à 4Km do povoado onde se localiza a escola. Pois, a mesma se constitui na instituição de ensino mais próxima que atende a modalidade de 6º ao 9º ano do ensino fundamental maior.

Os estudantes que frequentam essa escola são tanto moradores do povoado, como de povoados vizinhos, por isso, a distância varia de acordo com cada aluno. Os moradores de povoados vizinhos se locomovem até a escola com o uso do ônibus escolar, sendo que alguns alunos do povoado também fazem uso desse transporte, por não morarem tão próximo da escola.

Com base nos estudos de Alves (2018) acerca do nível de renda da família desses alunos, é necessário ressaltar que 96% dos alunos são beneficiários do programa de transferência de renda, o Bolsa Família. Sendo que, 256 alunos são filhos de pais que atuam na lavoura, 20 são filhos de mães professoras e pais com profissões liberais, 10 são filhos de comerciantes, 15 são filhos de pedreiros e vaqueiros e 9 alunos são filhos de mães que trabalham como doméstica e pai na lavoura. A disponibilidade de trabalho para as famílias que ali vivem, pode-se dizer que são escassos, e, podem se resumir a lavoura, raspar buriti, olarias (ALVES, 2018).

As outras formas de trabalho estão associadas ao comércio, existem moradores do povoado que possuem algum estabelecimento de venda, como: hortas, posto de gasolina, bares, lanchonete e comércio para venda de suprimentos alimentares.

Mesmo com essa aparente variedade de atividades comerciais, a atividade econômica predominante ainda é a lavoura (ALVES, 2018, p.03).

Conforme Alves (2018), a lavoura é a atividade econômica mais presente entre os indivíduos que se localizam nas proximidades e no povoado onde a escola se situa. O programa de transferência de renda “Bolsa Família”, se mostra como um complemento muito importante para as despesas mensais dessas famílias. Desse modo, percebe-se que a região não oferece outros meios de trabalho para o provimento de uma renda fixa. Até porque é necessário enfatizar que as profissões e atividades laborais realizadas pelos mesmos se adequam ao nível de escolaridade dos mesmos. Como afirmar Alves (2018):

Dentre os homens, a lavoura está em primeiro lugar dentre os locais de serviço dos pais dos entrevistados, sendo exercida em sua maioria pelos homens que pelas mulheres. Percebe-se que as profissões que são exercidas pelos pais possivelmente ajustam-se ao grau de escolaridade dos mesmos, pois a maioria apresenta ocupação em serviços que não exige um nível de escolaridade elevado e que possibilitam uma maior autonomia na realização das funções concernentes ao trabalho. Somente duas das profissões em destaque, evidenciam uma necessidade de escolaridade, como é o caso do Contador de Obra e Agente de Saúde. O restante exerce profissões como: comerciantes, barbeiro, dono de bar, derrubador de palha, pedreiro, carpinteiro, mecânico, carroceiro e açougueiro, profissões não especializadas, que consequentemente não exigem escolaridade média para serem realizadas. Já, entre as mulheres a função exercida em maior grau é a dona de casa. Desse modo, em muitos casos o homem é em muitos casos o principal provedor do sustento da família. (ALVES, 2018, p.06).

De acordo com o exposto, a lavoura é a principal opção de renda para os indivíduos desta localidade. Desse modo, o Bolsa Família é um importante complemento – ou até mesmo renda principal – dessas famílias. Sobre a comunidade onde a escola se situa, pode-se dizer que se trata de um lugar rural, onde não existem muitos ambientes destinados ao lazer e promoção da cultura, estes se resumem aos campos de futebol. Sobre o oferecimento de serviços públicos, há um posto de saúde que se localiza próximo da escola, o mesmo atende a população do povoado e dos povoados vizinhos.

É sabido que tais elementos podem atuar diretamente no cotidiano escolar dos alunos, pois, a trajetória escolar do estudante é condicionada por aspectos de sua condição social. “A relação pobreza e escola estão intimamente relacionadas. As condições sociais interferem na aprendizagem escolar, e as desigualdades sociais se traduzem, de forma geral, em desigualdades escolares, e vice-versa” (BRITO *et al.* 2015, p.186). Desse modo, o rendimento escolar dos alunos pode ser influenciado por sua condição social, pois, os investimentos familiares acerca da educação, variam conforme sua origem social (BRITO *et al.*, 2015).

3.2 O programa escolar e sua aplicabilidade

Após apresentar alguns aspectos do perfil do espaço escolar, apresentando os agentes que são atendidos na nesta instituição, os profissionais, a faixa etária dos alunos e características do nível de renda das famílias dos alunos. Como é proposto por Karagiannis; Stainback; Stainback (1999) a ideologia da inclusão escolar de crianças especiais, visa não apenas estabelecer um processo de socialização destas crianças, mas também possibilitar o desenvolvimento das crianças sem deficiência que se encontram inseridas neste cenário. Pois, é visível que “[...] os alunos sem deficiência experimentam fundamentalmente uma educação que valoriza pouco a diversidade, a cooperação e o respeito por aqueles que são diferentes” (KARAGIANNIS, STAINBACK & STAINBACK, 1999, p. 25).

Desse modo, é preciso a construção de um ambiente escolar que proporcione uma educação pautada no respeito à diversidade, onde alunos com ou sem deficiência possam conviver integralmente em um ambiente acolhedor e inclusivo. Como observado no primeiro capítulo, o desenvolvimento de medidas inclusivas dentro da escola é importante “[...] primordialmente para melhorar as condições da escola, de modo que nela se possam formar gerações mais preparadas para viver a vida na sua plenitude, livremente, sem preconceitos, sem barreiras” (MANTOAN, 2003, p. 53). A construção de metodologia de formação de conhecimento atua como uma forma efetiva de criar espaços inclusivos dentro da escola, preparando as crianças e adolescentes, para uma vida cidadã livre de preconceitos e barreiras culturais.

A realização deste tipo de transformação no ambiente escolar é necessário para que os alunos (sem deficiência) “se tornem indivíduos sensíveis e capazes de ter empatia e respeito pelo próximo, deve haver por parte dos professores, e da escola como um todo, uma orientação e direcionamento para que compreendam e construam esses valores que são tão importantes para a vida em sociedade” (KARAGIANNIS, STAINBACK & STAINBACK, 1999). Para que se consiga alcançar o principal objetivo que motiva a inclusão escolar, que seria o processo de socialização de alunos com ou sem deficiência estabelecendo assim uma relação de respeito.

Para refletir sobre o processo de inclusão e socialização dos alunos especiais de uma escola da zona rural do município de São Bernardo – MA, é preciso realizar a análise dos seguintes elementos: os materiais disponíveis para a promoção da aprendizagem de uma forma inclusiva, os métodos de formação do conhecimento e a forma como são divididos os

níveis de aprendizado. Assim, pode-se obter um quadro analítico da situação da realidade escolar e seus desafios no processo inclusivo.

A professora Francelma⁶, quando questionada sobre os materiais que se encontram disponíveis para o processo de aprendizado, informou o seguinte:

“Os materiais são poucos, muitas vezes, só o livro didático. A escola não possui nenhum recurso adequado para trabalhar com aluno especial, disseram na formação que iriam enviar um livro próprio para trabalhar com o aluno, mas, o ano está acabando e esse livro nunca chegou” (Entrevista realizada no dia 05/10/2019 às 15:30h).

Com base no relato, observamos que não existe um material específico adaptado para se trabalhar com o aluno especial, onde o livro didático se apresenta como a ferramenta quase que única, a ser disponibilizada para realização do processo inclusivo. A professora foi informada que seria enviado a escola um material de apoio para ser trabalhado com o adolescente, mas, até o momento ainda não tinha chegado a suas mãos.

Sobre esse assunto a professora Ana Patrícia⁷ mencionou que os materiais disponíveis são poucos e, que muitas vezes isso impede a realização de uma atividade dinâmica que envolva recursos específicos. A mesma enfatiza que existem alguns recursos de multimídia, porém, são muitas salas para apenas um data show, ou seja, os horários de uso precisam ser agendados para evitar possíveis conflitos de utilização do mesmo pelo por vários docentes. Como se pode observar na fala da própria professora:

“Temos poucos materiais, principalmente, para realizar atividades mais dinâmicas. Contamos com alguns recursos multimídias, mas, que as vezes não dar pra usar, pôr o horário ser muito curto, ou por só ter um data show, as vezes outro professor já está utilizando, aí fica difícil” (Entrevista realizada no dia 03/10/2019 às 08:30h).

A professora enfatiza que os recursos são escassos, onde permite que somente um docente possa utilizar os recursos por vez. A mesma considera que isso se apresenta como uma dificuldade para o processo de ensino aprendizado dos alunos sejam eles deficientes ou não. Conforme a fala do professor Ednilson⁸, ele ressalta que existem materiais, entretanto, o

⁶ A professora Francelma Queiroz tem 32 anos de idade, reside no povoado Currais do município de São Bernardo – MA. A mesma possui apenas o ensino médio e atua como professora auxiliar do aluno deficiente da escola Gastão Dias Vieira.

⁷ A professora Ana Patrícia Caldas tem 35 anos de idade e mora na cidade de Santa Quitéria – MA. Possui formação superior na área de Geografia e leciona na disciplina de Ciências e Artes para o 6º e 7º ano entre os dias de segunda e quinta-feira na escola campo.

⁸ O professor Ednilson Carvalho tem 35 anos de idade, reside na cidade de Santa Quitéria – MA. Possui formação de nível superior na área de história e leciona na mesma e atua também com Educação no o 6º e 7º ano da instituição participante da pesquisa.

mesmo ainda precisa arcar com determinados gastos relacionados ao processo de ensino dos alunos, como, a aquisição de xerox. Segundo o professor,

“temos material sim, o que não temos disponíveis é xerox, tenho que gastar do próprio bolso, pois, a impressora não está funcionando. As vezes também precisa de um material diferente para alguma apresentação e não tem na escola, aí as vezes a gente compra né. Queremos fazer um bom trabalho” (Entrevista realizada no dia 03/10/2019 às 09:30h).

Percebeu-se na fala do professor que é habitual ele arcar com alguns custos para a realização de determinadas atividades. A ausência de material escolar ocasiona empecilhos para a aprendizagem dos alunos. Pois, no processo de ensino aprendizagem e da própria relação professor-aluno, “a desorganização do espaço na sala de aula influencia na didática do professor, que não possui muitos meios para lecionar, por conta da indisponibilidade de materiais de apoio” (MONTEIRO; SILVA, 2015, p.21).

Como se pode observar, os professores entrevistados apresentam pontos semelhantes acerca da disponibilidade de materiais na escola. Os mesmos enfatizam que existe uma carência de acerca da disponibilidade de materiais didáticos para auxiliar nas aulas. Na fala da professora Socorro⁹ abaixo, é possível destacar que mesmo existindo uma porcentagem de materiais, os mesmos ainda são escassos. Ela diz que:

“temos sim, temos data show e caixa de som, o livro didático que é o mais utilizado nas aulas, pois, é bastante complicado com esses alunos que não tem atenção na aula. Olha mais mesmo assim, os materiais são bem escassos, muitas das vezes sendo o livro didático a principal ferramenta” (Entrevista realizada no dia 04/10/2019 às 09:30h).

É visível que os materiais disponibilizados ainda são insuficientes, muitas vezes “o material utilizado para ministrar a aula é composto pelo livro didático” (MONTEIRO; SILVA, 2015, p.21). Sendo assim, cabe ao professor desenvolver metodologias que possam ser executadas com os materiais que se encontram disponíveis no ambiente escolar. Diante do exposto nos relatos percebe-se que, na instituição ainda existe uma escassez de materiais para se trabalhar numa perspectiva inclusiva, ou, mais sintomaticamente, os professores não se sentem estimulados a desenvolver métodos de aprendizados diferenciados com os recursos já disponíveis.

⁹ A professora Maria do Socorro Santos, tem 50 anos de idade, mora no povoado Cocal da Cruz pertencente ao município de São Bernardo – MA. Possui curso superior na área de geografia e atua na disciplina de geografia no 6º e 7º ano.

Conforme o relato da diretora da instituição, Prof.^a Raquel¹⁰; a mesma diz que a escola possui materiais, mas, que os mesmos são em pequena quantidade. Segundo ela:

“à escola tem recursos, não são muitos, mas temos, temos um data show, um notebook, uma impressora, caixa de som. E, tentamos nos arranjar com o que temos, e vai dando certo. Tentamos fazer o possível para auxiliar os professores materiais” (Entrevista realizada no dia 10/10/2019 às 14:30h).

Desse modo, vê-se que inexistente uma ação cooperativa para inserção de uma proposta de educação inclusiva. Pois, com base na análise do material fornecido pelos entrevistados e observação do ambiente escolar é possível perceber a ausência de um sistema colaborativo entre todo o corpo escolar. O que se mostra como um aspecto negativo, pois, para que a inclusão dê certo, “é necessário também que todos os indivíduos envolvidos neste processo tenham um comportamento cooperativo, sem hierarquização de suas funções, pois, quando cooperam juntos em prol do mesmo objetivo é dispensável a ideia de que um é assistente e o outro líder” (SILVA; CONTRERAS, 2017, p.36).

A ausência de material apropriado para um trabalho inclusivo caracteriza-se como um desafio que dificulta o trabalho com as diferentes necessidades dos alunos, assim como a ausência de materiais pedagógicos que possam promover o processo de ensino- aprendizagem dos alunos, e a necessidade de formação continuada dos professores já que muitos se sentem despreparados para lecionar aulas com alunos de diferentes necessidades especiais.

Na escola não possui nenhum tipo de espaço inclusivo que atenda às necessidades especiais do alunado. Logo, torna-se importante criar espaços inclusivos que venham oferecer atendimento de qualidade às crianças. Um desses espaços é uma sala de recursos multifuncionais, com equipamentos, materiais didáticos e pedagógicos que ajudam a desenvolver as habilidades dos alunos, da mesma forma que é essencial se ter recursos educacionais como livros didáticos e paradidáticos em braile. Outro fator importante, para a possibilidade de espaços inclusivos, é a criação de uma equipe multidisciplinar composta tanto por agentes educacionais como também da saúde.

É nítido que a escola exerce um papel fundamental na consolidação do processo interativo, além no desenvolvimento de socialização do indivíduo. Por isso, todo o corpo de profissionais deve aplicar novas metodologias de aprendizagem em que o aluno venha aprender independente de suas dificuldades.

¹⁰ A diretora Prof.^a Raquel Freire tem 48 anos de idade, reside no povoado Porções do município de São Bernardo – MA. A mesma possui formação superior na área de Língua Portuguesa e Filosofia, trabalha na direção escolar no turno matutino, vespertino e noturno, todos na Escola Municipal Prefeito José Ferreira de Sousa.

Ainda sobre a disponibilidade de materiais na escola para um trabalho inclusivo, a supervisora pedagógica prof.^a Maria da Conceição Gomes da Silva com graduação em Ciências Naturais / Biologia e especialista em Educação Inclusiva, diz que:

“Olha, o que acontece, em relação aos materiais, são os materiais digamos “normais” que temos nas escolas. Sabemos que, cada aluno dependendo de sua deficiência o professor vai ter que trabalhar com algum material que seja adaptado, quando isso acontece, a maioria dos professores confecciona com alguns que a escola dispõe, conforme a necessidade daquele aluno. É dessa forma que acontece” (Entrevista realizada no dia 12/10/2019 às 14:30h).

Percebeu-se que a supervisora professora esclarece que os materiais que são disponibilizados as escolas para uma educação de caráter inclusivo são “normais”, ou seja, não se diferenciam de outros que são fornecidos para alunos sem deficiência. O que ocorre é que o professor diante da necessidade daquele aluno especial irá trabalhar na confecção de um material pedagógico que consiga atender as especificidades educacionais do aluno em questão.

Logo se observa que os professores da Escola Municipal Prefeito José Ferreira de Sousa, não estão concebendo esse processo de produção do recurso pedagógico dentro do processo de ensino. Gerando uma dicotomia entre o que se configura na supervisão municipal sobre inclusão e o que realmente ocorre no ambiente escolar.

Para que a educação inclusiva de fato se efetive, é essencial uma parceria com todos os setores, seja, educação, saúde, assistência social e família, todos se articulando e promovendo uma educação de qualidade para os alunos. Onde os alunos possam ter cada vez mais a oportunidade de se sentirem inseridos, de fato e de direito, no contexto social, entendendo que são capazes de aprender a aprender com a diversidade.

A confecção de um recurso pedagógico é de extrema importância para se conseguir um processo de formação do conhecimento inclusivo para os alunos. Pois, além do material é necessário um método de ensino que atenda as especificidades do aluno com deficiência. Como se observar na fala da supervisora de educação inclusiva do município, prof.^a Conceição¹¹ diz que:

“Olha, como eu te falei, se aluno X tem deficiência X e o professor conforme aquele conteúdo que ele trabalha vê a necessidade de estar elaborando um material pra tá trabalhando, ele vai elaborar conforme aquele aluno, entendeu? Que a gente até fala

¹¹ Prof.^a Conceição Gomes é Supervisora Pedagógica da Educação Especial do município, reside na cidade de São Bernardo – MA. Possui graduação em Ciências Naturais / Biologia e Especialização em Educação Especial/Inclusiva e trabalha na Secretaria de Educação da referida cidade, de segunda a sexta-feira no turno matutino e vespertino.

do PDI que é o plano individualizado para aquele aluno que exige aquela X situação a ser trabalhado com aquele aluno. No qual esses alunos têm o professor auxiliar pra ele, que trabalha na sala junto com professor que a gente pode tá categorizando de titular da sala” (Entrevista realizada no dia 12/10/2019 às 14:30h).

Segundo a supervisora o processo de formação de estratégias para a construção de conhecimento exige um trabalho em conjunto de o professor auxiliar daquele aluno com deficiência e do professor titular da sala. É necessário também, enxergar as especificidades de cada aluno, de cada deficiência e, assim produzir um material individualizado que possibilite aquele aluno desenvolver suas potencialidades.

Ainda sobre os métodos usados para a formação de conhecimento, os professores entrevistados se mostraram um tanto indiferentes, pois, não existe na escola um momento destinado à construção de um método voltado a formação do conhecimento dos alunos em uma perspectiva inclusiva. Como é possível observar na fala da professora Francelma:

“O único método é a aula mesmo, onde o aluno nem se concentra direito. E isso é complicado porque, não se os recursos e nem uma forma de ensinar esse aluno” (Entrevista realizada no dia 05/10/2019 às 15:30h).

Com base no relato da professora na escola não existe a elaboração de um método diferenciado de atendimento ao adolescente. Pois, a professora ela apenas auxilia o aluno no desenvolvimento das atividades, ou seja, quem decide o que vai ser trabalhado em sala de aula é o chamado professor titular. Desse modo, o ensino muitas vezes se restringe a aulas expositivas ou raramente exibição de filmes para toda a escola.

Esse discurso sobre a ausência de um plano para o processo de formação do conhecimento é recorrente entre os demais professores que participaram da entrevista. Como se pode observar na fala da professora Ana:

“Na verdade, as aulas expositivas são o método mais utilizado para a formação do conhecimento dos alunos e, eu sei que isso dificulta bastante a criação de um trabalho inovador e coletivo”. Discurso semelhante se encontra na fala de outra professora Socorro, “os métodos são só as aulas expositivas, as vezes faço uma aula de campo. É isso, cada professor pensar em suas estratégias de ensinar” (Entrevista realizada no dia 03/10/2019 às 08:30h).

Diante das falas das professoras acima, é possível constatar a inexistência de um trabalho coletivo para a inserção de uma educação de caráter inclusivo dentro da escola. Pois, cada professor pensa suas metodologias de modo individualizado, sem articular os conhecimentos entre as suas áreas de atuação e as demais áreas, gerando uma educação que não corresponde aos aspectos inclusivos.

Os próprios discursos docentes é uma menção a falta de uma política interna na escola que valorize a produção de uma formação de conhecimento inclusiva e que gere uma participação ativa e reflexiva de todos os envolvidos nesse processo.

Acerca dos métodos de formação do conhecimento, observa-se que os professores se restringem as aulas expositivas, seminários e exibição de filmes. Mas, conforme o depoimento da diretora Raquel é perceptível que não existe um processo educacional que se refira aos alunos com deficiência.

Na fala da diretora Prof.^a Raquel:

“os professores ensinam por meio das aulas expositivas, seminários e às vezes tem exposição de filmes. Agora também, uma vez por mês realizamos um simulado com questões que envolvem todas as disciplinas. E serve para avaliar o nível de aprendizado do aluno, pode-se dizer que os resultados estão um nível regular, ainda precisa melhorar” (Entrevista realizada no dia 10/10/2019 às 14:30h).

A diretora cita o simulado como um dos métodos para a formação do conhecimento, o mesmo consisti em uma prova avaliativa com 40 questões distribuídas em todas as disciplinas escolares, porém como se observa no discurso do entrevistado, os resultados dessa metodologia avaliativa ainda não são tão satisfatórios. É valido ressaltar que essa ação metodológica ainda não contempla o público de alunos deficientes, que são minoria na escola.

Desse modo, é visível que não existe uma inovação dos métodos de ensino, esse fator torna-se um desafio para a inserção de uma educação inclusiva, pois, a escola continua adepta de um currículo centralizado a metodologias sem dinamicidade e criatividade. Segundo estudos de Mesquita (2017), no cenário da educação inclusiva as escolas ainda se detêm a construção de propostas de ensino pouco transformadoras e propositivas para a formação do aluno em um contexto de inclusão.

Observa-se, nesse cenário, que a organização curricular da escola regular transita por tipos de organização do currículo que são pouco propositivos para a formação do aluno no contexto da inclusão: o currículo por disciplinas e o currículo por atividades. Se a primeira é marcada pela fragmentação do conhecimento, a segunda se esvaia deste, produzindo uma prática marcada por ações com pouca ou nenhuma intencionalidade pedagógica (MESQUITA, 2017, p.73).

Com base na citação, a proposta curricular da instituição analisada ainda não propõe meios de inclusão, fato que é visível nas entrevistas, os professores enfatizam a ausência de práticas metodológicas inclusivas. Como é possível observar na citação acima, é necessário a inserção de métodos formativos que inovem e tragam uma sensação de inclusão

entre os alunos com deficiência. Pois, a “concepção estagnada sobre o conhecimento e o currículo como algo linear e estático sede lugar a uma compreensão de movimento, uma vez que é resultado de uma produção social e histórica” (PAULA; SILVA, 2016, p.10). E, se apresenta como uma concepção que precisa ser superada para a promoção de uma educação inclusiva, pautada nas diferenças e no respeito ao próximo.

Compreendemos que o Currículo não se restringe a mera seleção de conteúdo, mas em prática reflexiva, que envolve vários elementos para darem conta da apropriação dos conhecimentos por todos os alunos. Assim, pensando na concretização da aprendizagem [...], evoca a refletir acerca de que objetivo se pretende atingir, o que ensinar, por que ensinar, para quem são os objetivos, quem possui o melhor acesso às formas legítimas de conhecimento, que processos incidem e modificam as decisões até que se chegue à prática, como se transmite a cultura escolar, como os conteúdos podem ser inter-relacionados, com quais recursos/materiais metodológicos, como organizar os grupos de trabalho, o tempo e o espaço, como saber o sucesso ou não e as consequências sobre esse sucesso da avaliação dominante, e de que maneira é possível modificar a prática escolar relacionada aos temas (PAULA; SILVA, 2016, p.10).

Dessa forma, percebe-se que a construção do currículo e do próprio método de formação do conhecimento deve ser realizada com atenção e percebendo todas as variáveis que envolvem o processo de aprendizado. Ou seja, a construção do currículo é uma prática reflexiva, que faz necessário se atentar ao cotidiano escolar, a realidade da comunidade onde a escola está inserida e aos conhecimentos prévios trazidos pelos alunos de suas famílias. Por isso, partindo de uma concepção de currículo “enquanto produto histórico e social e da sua necessidade de ser pensado e repensado no âmbito escolar, pois se constitui um elemento importante no processo de democratização do saber e de inclusão” (PAULA; SILVA, 2016, p.12). Desse modo, o currículo deve ser pensado e elaborado conforme a realidade onde a escola encontra-se inserida, abarcando as especificidades do alunado.

Ainda se pode complementar afirmando que:

Pensar em inclusão de todos (as) no processo educativo, implica em considerar o contexto social, cultural e econômico em que o processo de exclusão, característica da sociedade capitalista, desconsidera o atendimento às necessidades do ser humano. Apontamos que a inobservância ou a recusa em atender as especificidades dos (as) estudantes, na maioria das vezes conduz à seleção, abandono e evasão escolar (SILVA, 2016, p. 167).

Assim, vê-se que a construção de um método para a formação do conhecimento, exige lançar um olhar sobre o contexto social e cultural do aluno. Pois, quando não se estabelece medidas eficazes para inclusão do aluno, podem ocorrer casos de abandono da escola causando no aluno um sentimento de exclusão. Libâneo (2014, p.16) defende um

currículo “assentado na formação cultural e científica em interconexão com as práticas sociais”. Nesse sentido, não retira a necessidade de se levar em conta os aspectos históricos e sociais do sujeito, “das suas práticas socioculturais, porém, ressalta que é por meio da conexão destes aspectos com os conhecimentos historicamente construídos pela humanidade que os sujeitos vão formando suas funções psicológicas superiores e desenvolvendo-se” (PAULA; SILVA, 2016, p.12).

Com base no exposto, pode-se afirmar que a definição de um método para a promoção do ensino é uma etapa muito importante para o processo de ensino e inclusão dos alunos especiais. Desse modo, o os princípios da inclusão não devem ser direcionados apenas aos sujeitos portadores de alguma deficiência, mas, deve ser direcionada aqueles que não são especiais. Pois, o processo de inclusão inclui uma mudança de todo o sistema escolar, com o desenvolvimento de práticas educativas centralizadas em uma educação para a diversidade e respeito às diferenças.

Em seus estudos Schaffner e Baswell (1999), enfatizam que:

Os princípios da inclusão não são direcionados apenas aos alunos deficientes, e sim a todos os alunos, portanto, para que as escolas consigam atender as necessidades de seus alunos em todas as esferas de seu desenvolvimento, ela deve superar o modelo de ensino tradicional que visa apenas o aspecto acadêmico do aluno; é necessário introduzir uma cultura acolhedora que expresse claramente seus princípios de igualdade, imparcialidade, respeito, aceitação, justiça e através dos mesmos garantir que o aluno se sinta conectado com todos à sua volta, que desenvolva amizades, construa valores e pratique atitudes positivas (SCHAFFNER; BASWELL, 1999, p. 70).

Conforme o autor, ao pensar em uma educação inclusiva torna-se necessário ponderar sobre uma perspectiva abrangente, que envolva todos os agentes do ambiente escolar. Pois, para que se consiga atender as necessidades formativas dos alunos, enquanto cidadãos reflexivos, preparados para uma vivência em sociedade, deve-se inserir no ambiente, um aspecto acolhedor, onde os alunos especiais ou não, se sintam convidados a partilhar experiências do processo de aprendizado.

Diante do exposto, torna-se importante refletir acerca de como ocorre à divisão dos níveis de aprendizado no ambiente escolar, sendo este aspecto um elemento eficaz para a inclusão de alunos especiais. A partir da observação que se fez da escola de sua estrutura organizacional e com as informações fornecidas pela direção da escola, percebe-se que a divisão dos níveis de aprendizado é realizada por séries.

Entretanto, tem um caso especial na escola, a sala do 8º C que contém 22 alunos com idade que varia de 15 a 18 anos, sendo vinte (20) do sexo masculino e duas (2) do sexo feminino. Esta sala ela funciona na modalidade EJAI, pois, esses alunos não conseguiram atingir o nível de aprendizado necessário para prosseguirem para o ensino médio, e, já estão com a idade mais avançada que os demais alunos que cursam o 9º ano na modalidade normal. Desse modo, esses alunos do 8º C, cursam a 3ª e 4ª etapa da Educação de Jovens, Adultos e Idosos – EJAI, no período vespertino.

O processo de aplicabilidade do processo de ensino para esta sala sofre algumas variações com relação às demais turmas do ensino fundamental de 6º ao 9º ano. Primeiramente, os conteúdos ensinados nessa sala sofrem alterações em relação ao nível de dificuldade, pois, existem alunos nesta turma que não possui um domínio adequado da escrita e leitura. Em segundo plano, segundo a diretora Raquel Freire destaca-se que com relação ao simulado aplicado na escola mensalmente, mesmo trabalhado alguns conteúdos semelhantes aos das demais turmas, as questões sofrem variações, ou seja, elas são adequadas à realidade de aprendizado dos mesmos.

Desse modo, observa-se que em nenhum momento percebe-se um incentivo explícito a um processo ensino/aprendizagem que possibilite a inclusão dos alunos de forma paulatina e constante. A separação desses alunos em salas devido ao grau de aprendizagem (mais ou menos deficitário) dos mesmos e de sua idade que já é um pouco avançada com base nas metas educacionais, funciona mais como uma atividade excludente. Diante disso, percebe-se que é ausente políticas de desenvolvimento escolar para adolescentes que se encontram com dificuldade de aprendizagem, pois, não existe uma metodologia diferenciada para trabalhar com esses alunos. Apenas uma separação por sala, gerando um ambiente de exclusão que pode se transformar em um fator inibidor para o aprendizado do estudante (SCHAFFNER; BASWELL, 1999).

3.3 Os alunos especiais “diferentes” e seu espaço na escola.

Depois de apresentar as interfases do programa escolar e sua aplicabilidade no processo de aprendizagem do aluno é necessário refletir sobre as questões referentes aos alunos especiais e seu espaço na escola. Desse modo, iremos abordar os seguintes aspectos: quantidade de alunos deficientes e quais suas deficiências, como ocorre a distribuição dos

mesmos em sala de aula, os critérios utilizados para distribuir os alunos, a percepção dos professores sobre os alunos especiais e o grau de retenção e de aprendizagem.

A escola-campo investigada atende apenas a um (1) aluno com deficiência diagnosticada, o aluno se chama Demolidor¹², do sexo masculino e têm 17 anos de idade, o mesmo está cursando o 6º ano do ensino fundamental no período da manhã. A deficiência que o aluno possui trata-se de deficiência visual informada como sendo visão baixa¹³. Chama-se visão subnormal (ou baixa visão, como preferem alguns especialistas) “à alteração da capacidade funcional decorrente de fatores como rebaixamento significativo da acuidade visual, redução importante do campo visual e da sensibilidade aos contrastes e limitação de outras capacidades” (BRASIL, 2000, p.7).

O aluno é morador de um povoado próximo da escola, chega até a instituição usando o transporte público, ônibus. Demolidor – nome fictício criado para preservar a identidade do menor - é filho de uma dona de casa e um agente de saúde, o mesmo é o terceiro de cinco (5) filhos, sendo três meninas e mais um menino, o mesmo convive apenas com as duas irmãs mais novas, pois, os outros irmãos mais velhos são filhos de outro pai e moram com a avó materna de Demolidor. O estudante já nasceu com essa deficiência na visão, que foi diagnosticada aos sete (7) anos de idade. Com 13 anos de idade o Demolidor passou por uma cirurgia de implante de uma lente de contato, que vai ser trocada quando o mesmo fizer 20 anos de idade. Mesmo com o uso das lentes de contato, ele apresenta grandes dificuldades para acompanhar os conteúdos que são repassados em sala de aula, resultado disso, é o grande atraso dele na série escolar.

O aluno sempre frequentou a escola, mesmo diante de todas as dificuldades no seu processo de aprendizagem. Sempre frequentou a escola pública de seu povoado, funcionava na modalidade ensino regular, onde ele era inserido em classes de crianças sem nenhum tipo de deficiência. Isso ocorria não por existir uma perspectiva inclusiva de pessoas com deficiência, mas, pelo fato de o mesmo não ter como acessar os serviços fornecidos pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, pois, como o mesmo reside na zona

¹² Demolidor, é "o Homem Sem Medo" um personagem fictício que aparece nas histórias em quadrinhos publicadas pela Marvel. Quando criança ele salva um homem de idade de um caminhão em andamento que continha uma carga radioativa. Como consequência do acidente a carga começa a verter do caminhão, cegando o mesmo, porém, a exposição à matéria radioativa melhorou todos os seus outros sentidos para além da capacidade humana e deu-lhe um tipo de sonar que atua como a sua visão. Por essa razão escolhi o nome Demolidor. Adotou-se esse nome para preservar a identidade do aluno.

¹³ “Os graus de visão abrangem um amplo espectro de possibilidades: desde a cegueira total, até a visão perfeita, também total. A expressão ‘deficiência visual’ se refere ao espectro que vai da cegueira até a visão subnormal” (BRASIL, 2000, p.7).

rural, era difícil para a família transportá-lo para receber atendimentos especializados na APAE que se localiza na cidade de São Bernardo – MA.

Devido a este fato, o aluno não desenvolveu suas capacidades de leitura e escrita, a questão de sua deficiência visual atrapalhava seu desempenho em sala de aula, tanto que o mesmo chegou a abandonar os estudos. Como é informado pela diretora Prof.^a Raquel:

“O Demolidor tem muita dificuldade com a leitura e escrita, o mesmo não compreende. Por conta dessa dificuldade ele ficou fora da escolar por um período de três anos. Na época que ele estudava o 6º ano em 2016, ainda não tinha incentivo para um atendimento especializado para crianças especiais. Acho que como a não tinha quem auxiliasse ele, a sua mãe decidiu que era melhor ele sair da escola. Ele retornou aos estudos somente esse ano” (Entrevista realizada no dia 10/10/2019 às 14:30h).

O mesmo realizou seus estudos do pré-escolar até o 5º ano do ensino fundamental menor no povoado onde o mesmo reside, quando chegou o momento de o mesmo cursar o 6º ano do fundamental maior, ele começou a cursar, mas, não conseguiu acompanhar o ritmo do ensino. A família terminou optando por afastar ele da escola, ou seja, o Demolidor ficou afastado da escola, e, durante esse tempo também não frequentou a APAE. O aluno voltou a frequentar a escola este ano, voltou a cursar o 6º ano no ensino regular.

Sobre a distribuição do aluno com necessidades especiais em sala de aula, não existe um critério específico, o aluno foi matriculado em uma sala de ensino regular, conforme o grau de escolaridade do mesmo. A sala é composta por 29 alunos, sendo ele, o único diagnosticado com deficiência. A sala de aula não possui nenhum tipo de recurso adaptável para atender alunos com deficiência visual. Torna-se visível que o processo inclusivo anda a passos lentos, pois, apenas colocar um aluno especial dentro de uma sala de ensino regular, não consiste em inclusão, pelo contrário, isso amplia ainda mais os contrastes excludentes do processo educacional.

Acerca de como ocorre à divisão dos níveis de aprendizado na escola, a professora Ana respondeu que:

“Os níveis de aprendizado são divididos em séries, não existe outro modelo não. A verdade é que não existe nada que possibilite a inserção do aluno com deficiência de modo eficaz, pois, os mesmos são apenas colocados em salas com alunos sem deficiência e pronto, já pensam que isso é inclusão. E, não é bem assim, é mais complicado que isso, se bem que nossa escola aqui não possui muito que oferecer para esses alunos e, isso é triste” (Entrevista realizada no dia 03/10/2019 às 08:30h).

Com base no relato, cabe ressaltar que o processo de ensino desse aluno deficiente acontece do seguinte modo, o aluno é inserido em uma sala de ensino regular, onde a escola

seleciona um professor para acompanhar esse estudante na execução de suas atividades. Porém, o simples ato de colocar um aluno especial em uma sala com alunos sem deficiência, não se caracteriza, como já dito, um ato de inclusão. Isso exige a reflexão de vários fatores que envolvem o processo inclusivo, como desenvolvimento de metodologias específicas para aquele aluno que irá necessitar de um atendimento diferenciado, assim como, refletir sobre o modelo de aprendizado e perceber as deficiências do mesmo e, o que pode ser melhorado.

Ainda sobre a divisão dos níveis de aprendizado na escola, diretora prof.^a Raquel diz que:

“nós dividimos em salas de acordo com suas séries de ensino. É assim que acontece, cada aluno conforme a série cursada no ano anterior. Desse modo, se consegue organizar os materiais para trabalhar o aprendizado dos alunos conforme seu nível de aprendizado” (Entrevista realizada no dia 10/10/2019 às 14:30h).

Assim como na fala da professora, o relato da diretora não destaca nenhum processo diferenciado para a divisão dos níveis de ensino no ambiente escolar. Desse modo, não se evidencia na fala da mesma nenhum tipo de medida diferenciada para casos como o do aluno Demolidor, que possui visão baixa e que ficou ausente do ambiente escolar durante três anos.

Entretanto, na fala da supervisora pedagógica prof.^a Conceição Gomes encontra-se respostas sobre como se deve proceder na divisão dos níveis de aprendizado em casos específicos de alunos com deficiência. A mesma diz:

“É como eu te falei, em relação ao aluno tá chegando, se o aluno X em idade X a gente sempre tá colocando ele naquela série conforme a idade dele. É claro que a casos assim, se o aluno é deficiente digamos que tem 14 ou 15 anos e nunca frequentou uma escola, aí já é um caso que a gente vai trabalhar diferenciado. Em relação a esses alunos, aluno tem idade X, tá naquela série X aí, como eu já lhe falei entra o professor auxiliar junto com o professor titular trabalhando com o PDI que é o plano individualizado para aquele aluno e, isso dependendo da deficiência do aluno. Por que um deficiente visual se não tem o cognitivo comprometido ela vai precisar de uma certa forma tá trabalhando esse planejamento diferente entendeu? Não. Ele vai do mesmo jeitinho dos outros vai ser trabalhado igual com ele. No caso do surdo não vai ter essa diferenciação digamos de disciplina só vai ter um interprete de libras em sala de aula, não vai ser usado o PDI o plano diferenciado” (Entrevista realizada no dia 12/10/2019 às 14:30h).

Conforme o relato da supervisora pedagógica de educação inclusiva, o aluno deve ser inserido em classe de ensino com base na sua idade, porém, no caso de alunos que possuam alguma deficiência, que têm uma idade já avançada e que nunca frequentou a escola, existem medidas que são elaboradas a partir das necessidades de cada caso. Para isso a supervisora citou que é sempre importante o trabalho em conjunto, do professor titular e

professor auxiliar e, que em alguns casos é necessário recorrer ao PDI que é o Plano Diferenciado para atendimento do aluno com deficiência.

Ainda segundo a supervisora o PDI funciona da seguinte forma:

“o professor auxiliar junto com o professor da sala que eles irão elaborar esse planejamento, esse plano para o aluno, tanto que os professores participam das reuniões e planejamento na escola” (Entrevista realizada no dia 12/10/2019 às 14:30h).

O Plano Diferenciado Individual - PDI, utilizado pela Secretaria de Educação de São Bernardo – MA, se apresenta como uma proposta metodológica de atuação dos professores rumo ao processo de um ensino inclusivo. Segundo a fala da supervisora pedagógica Conceição, a elaboração desse plano diferenciado funciona na produção de medidas educacionais que atendam as crianças e adolescentes com alguma deficiência.

Desse modo, deve ocorrer nas escolas um espaço destinado à formulação dos modelos de atendimento e desenvolvimento da aprendizagem dos alunos com deficiência. Os professores devem atuar juntos na construção de metodologias que impulsionem a efetivação do processo inclusivo no ensino regular, tanto para alunos deficientes, como alunos que não possuem nenhum tipo de necessidade especial.

Entretanto, essa dinâmica de construção do ensino inclusivo não se aplica a escola participante da pesquisa. Pois, quando questionado como ocorria o processo de aprendizado desse aluno, a professora Francelma que atua diretamente na educação do aluno deficiente respondeu que:

“Eu fico na sala de aula com ele. Eu ajudo ele a escrever, tipo, o professor escreve no quadro e eu escrevo em uma folha com letras maiores pra ele escrever no caderno dele. Pois, ele tem dificuldades para enxergar o conteúdo no quadro, no momento das atividades em grupo eu fico ajudando ele a realizar as tarefas. Mas, as vezes ele não fica atento a aula, ele quer ir embora cedo, é complicado. As vezes ele é muito agressivo, não me respeita, nem os colegas da sala” (Entrevista realizada no dia 05/10/2019 às 15:30h).

A professora fica na sala, sentada próximo do aluno, enquanto o professor responsável pela disciplina ministra sua aula para todos os alunos. Durante a execução algum trabalho em grupo, o aluno é inserido nos grupos, mas, sempre sendo acompanhado pela professora auxiliar. Conforme o relato da professora a ação educativa do adolescente com necessidades especiais, encontra-se restrita a uma metodologia que não possibilita a ocorrência de um real processo inclusivo do aluno em sala de aula. Logo vê-se, que a metodologia aplicada no processo de ensino é resultante do modo como o docente concebe a

questão da inclusão, pois, apenas colocar o aluno dentro de uma sala de ensino regular, não consiste em uma real ação inclusiva. Desse modo, apenas introduzir uma criança ou adolescente com deficiência em sala de aula sem a existência de uma metodologia diferenciada que atenda às necessidades do aluno, não é incluir.

Como se observa, as atividades inclusivas ainda estão muito restritas a trabalhos sem uma metodologia específica para o processo inclusivo. A sala apresenta a organização das demais salas da escola, não oferecendo uma estrutura diferenciada que atenda esse aluno em sua especificidade. Vale ressaltar que a professora que atende nesta sala não possui nenhum tipo de formação especializada para o público de crianças com deficiência visual.

A professora Francelma, de 32 anos de idade, com apenas o ensino médio completo é a professora responsável pelo processo de aprendizado do estudante. Ela desenvolve um trabalho de acompanhamento do aluno para o desenvolvimento das atividades que são colocadas pelos professores de cada disciplina. A mesma é professora com contrato de um ano pela prefeitura municipal da cidade, é inserida pela iniciativa do Programa Mais Educação¹⁴, desse modo, ela foi designada pela direção da escola para trabalhar com esse aluno.

Observa-se, que a docente não tem formação adequado, como dito exaustivamente, e o processo de aprendizagem não está acontecendo de forma correta. Além da professora todo o corpo docente precisa estar habilitado para atender os alunos com necessidades educacionais específicas e os outros discentes sem deficiência também precisam estar preparados para receber esses alunos. Mas se a escola não tem estruturas adequadas e seus funcionários não estão aptos para atender a aluna com deficiência visual os direitos do aluno não estão sendo cumprido, dessa forma ele não terá acessibilidade que precisa para seu convívio em sociedade, tão pouco para o seu acesso a níveis mais elevados de ensino.

Conforme os estudos de Andreghetti (2009, p.2), a deficiência visual, “em qualquer grau, compromete a capacidade da pessoa de se orientar e de se movimentar no espaço com segurança e independência”. Desse modo, cabe a escola desenvolver métodos que

¹⁴ O Programa Mais Educação, “criado pela Portaria Interministerial Nº 17/2007 e regulamentado pelo Decreto 7.083/10, constitui-se como estratégia do Ministério da Educação para indução da construção da agenda de educação integral nas redes estaduais e municipais de ensino que amplia a jornada escolar nas escolas públicas, para no mínimo 7 horas diárias, por meio de atividades optativas nos macrocampos: acompanhamento pedagógico; educação ambiental; esporte e lazer; direitos humanos em educação; cultura e artes; cultura digital; promoção da saúde; comunicação e uso de mídias; investigação no campo das ciências da natureza e educação econômica” (BRASIL, 2007, p.1). Dentro do município de São Bernardo – MA o programa funciona como uma oportunidade para um reforço escolar para os alunos com dificuldades no aprendizado, funcionando no contra turno do aluno. Não existe processo seletivo para a contratação dos professores desse programa, alguns possuem apenas o ensino médio. No caso da professora da escola da pesquisa, a mesma foi direcionada a auxiliar apenas esse aluno, tendo que trabalhar todo dia da semana.

proporcionem um aprendizado e autonomia com esse tipo de deficiência. Diante disso, torna-se importante que a “criança portadora de deficiência visual (cegueira ou baixa visão) deve ser avaliada por profissionais da área da saúde e da educação, num trabalho conjunto, para identificar suas necessidades específicas e sua potencialidade” (BRASIL, 2000, p.15).

Um acompanhamento multiprofissional é necessário para um diagnóstico preciso para que assim, possa ser desenvolvidas técnicas eficientes de inclusão. É visível que a escola é uma das grandes aliadas na luta pela integração. “Nesse espaço, as questões relacionadas a preconceitos, mitos e estigmas podem ser debatidas e analisadas por todos: professores, alunos e funcionários” (BRASIL, 2000, p.15). Um trabalho cooperativo de todos os profissionais que envolvem o ambiente escolar é um diferencial para a inserção de uma educação em uma perspectiva inclusiva.

Diante disso, é importante ressaltar que a inclusão de deficientes visuais parte a princípio, da possibilidade de locomoção e aprendizado dentro dos espaços sociais, mais especificamente na escola. Logo, é importante que haja uma modificação tanto de locais públicos como privados, pois a acessibilidade garante o rompimento de muitas barreiras enfrentadas pelos deficientes visuais como afirma Silva et.al, (2017)

É importante destacar que a acessibilidade abrange não apenas as estruturas físicas, mas também todas as demais esferas de interação o social, pois em seu significado moderno, a acessibilidade reconhecida como a adoção de um conjunto de medidas capazes de eliminar todas as barreiras sociais (SILVA et, al, p 412 2017).

Como apontado acima à acessibilidade fornece não só a autonomia de locomoção dos deficientes visuais como também, favorece no processo de inclusão dessas pessoas sejam em hospitais, bancos, como essencialmente nas escolas. Assim é principalmente nos espaços escolares que a mobilidade física e a possibilidade de aprendizado devem ser contemplando, pois, este é um dos primeiros locais que os deficientes visuais irão ser introduzidos pela sociedade. Pois, é preciso o desenvolvimento de medidas educativas que promovam a autonomia do aluno, independentemente de sua deficiência.

Já que, segundo o professor Ednilson, esses alunos possuem potencial e podem alcançar sua autonomia enquanto cidadãos. Na fala dele:

“Olha, eu vejo como pessoas capazes de realizar diversas atividades, dependendo do processo de ensino deles. Aqui na escola nós temos o Demolidor, que tem problema na visão, tem a professora que ajuda ele nas tarefas, mas, mesmo assim, ele não consegue acompanhar. Na escola um recurso pra trabalhar com ele, é difícil inserir ele nas atividades, pois, ele tem dificuldade na leitura e escrita. Além disso, ele é um pouco agressivo e fala uns palavrões, às vezes os alunos não ficam tão próximos dele. E, isso é chato, mas, a família é a primeira a não ajudar aí complica tudo é tudo

na responsabilidade do professor” (Entrevista realizada no dia 03/10/2019 às 09:30h).

Com base na fala do professor, nota-se a importância da criação de propostas inclusivas para inserir os sujeitos com alguma deficiência são necessários cuidados específicos que funcionem como facilitadores na integração dessas pessoas dentro de um convívio social. A escola por ser depois da família o primeiro espaço de socialização, deve fornecer os meios apropriados para que a criança ou adolescente desenvolva sua capacidade autônoma e reflexiva, como todo cidadão.

O acesso dos deficientes visuais a um “centro de referência” e sua aderência às possibilidades ali oferecidas devem ser uma preocupação constante daqueles envolvidos nos cuidados a esses pacientes, criando mecanismos que inspirem confiança aos deficientes, por meio de propostas que possam integrá-los à sociedade, proporcionando-lhes facilidades como transporte, alimentação, materiais didáticos apropriados e outros que minimizem suas grandes dificuldades naturais (ANDREGHETTI, 2009, 777).

Um dos autores que destacam a importância da mobilidade e possibilidades de aprendizado nas escolas para deficientes visuais é Campos (2007), que acentua, que o espaço escolar deve ser adaptado e a disposição dos alunos para que os mesmos possam transitar e aprender com total liberdade e autonomia.

Em virtude dos fatos mencionados, vê-se que a educação inclusiva não está acontecendo e que a luta pela inclusão não está sendo encarada como um processo contínuo. Dessa forma, tornou-se necessário refletir sobre a percepção dos professores sobre os alunos especiais. Quando questionada, a professora Francelma auxiliar do aluno deficiente disse que:

“Eu vejo como pessoas que podem viver normalmente, que podem se desenvolver. Mas, no caso do Demolidor, falta ajuda da família, que deixa muito a desejar no processo de ensino. Tipo, a agressividade dele é porque em casa ele desse jeito, não atende os pais. Eu até acho as vezes que ele não tem só deficiência visual, porque ele não fala direito as vezes, mas, a mãe dele que é só visão baixa. Quando eu estava preenchendo o formulário dele, ela disse é só o problema da visão. Mas, tem a questão que ele não respeita ninguém, aí é complicado. Se ele tivesse um melhor acompanhamento familiar e frequentasse a APAE o desenvolvimento seria bem melhor” (Entrevista realizada no dia 05/10/2019 às 15:30h).

Na fala da professora os alunos que possuem deficiência podem viver normalmente com as outras pessoas. Porém, para que isso aconteça é necessário que a família participe ativamente do processo de ensino aprendizado, fato que ainda é uma dificuldade. Pois, os pais do adolescente não visitam a escola com frequência e, mais, a professora ainda

acusa uma ausência de precisão no diagnóstico do aluno. Já que, o aluno possui dificuldades para se concentrar e é agressivo com ela e os demais alunos.

Diante disso, e conforme a fala da professora Ana esses estudantes:

“São alunos que precisam de um atendimento especializado para o seu aprendizado, pois eles podem aprender. Mas, você ver que aqui na escola é complicada a situação, não se tem nenhum tipo de material apropriado para atender esse tipo de aluno. Só tem a professora que fica na sala ajudando o aluno, mas, nada de mais, não tem recursos” (Entrevista realizada no dia 03/10/2019 às 08:30h).

Com base nos relatos da professora, percebe-se que apesar de a mesma reconhecer os alunos especiais como pessoas capazes de viver em sociedade de modo autônomo. Porém, em todas as falas identificamos sinais de profissionais que ainda sentem dificuldades para elaborar métodos que proporcionem um processo de inclusão, que insira as pessoas com deficiência dentro da sociedade, que os mesmos vivem de forma autônoma e reflexiva.

Segundo a diretora Prof.^a Raquel:

“Os alunos especiais são pessoas que precisam ser bem atendidos, eles têm capacidade de viver em sociedade. Mas, ainda existem muitas pessoas preconceituosas, que não respeitam o próximo. Aqui na escola temos a professora que atende um aluno especial, tentamos fazer o possível para ajudar. A gente sabe que os recursos disponíveis são poucos, mas, damos sempre um jeito. Mas, uma coisa importante é a participação da família, que ainda é muito pouca, para ajudar nesse processo de aprendizado, eles não ligam, é difícil” (Entrevista realizada no dia 10/10/2019 às 14h30minh).

Como se podem notar nas falas, eles apontam a ausência da família nesse processo de aprendizado e inclusão, ainda mais, no caso do aluno Eduardo, que não possui domínio da leitura e escrita, o que torna mais difícil para o desempenho do mesmo frente aos conteúdos. Sobre a questão da ausência da família do aluno na escola, a mesma é decorrente do fato não existir uma programação escolar destinada a incentivar a participação dos pais dentro das atividades do ambiente escolar, às vezes, isso ocorre durante a realização de festas na escola de datas comemorativas, como o dia das mães, ou mesmo para a assinatura de boletim do aluno.

A partir do que já foi exposto, é possível compreender a grande importância do estabelecimento e manutenção das relações entre família e escola. Destacando, a importância desta no processo de ensino-aprendizagem dos estudantes, bem como as contribuições que esta interação causa no desenvolvimento no âmbito escolar. Pois, como adverte Freire Apud Oliveira et al. (2016), o processo que envolve o ensino da leitura e escrita é tanto social como

histórico, dependendo não só das ações desenvolvidas na escola, mas também, das práticas iniciadas no meio familiar.

Sobre essa importância da participação da família no processo de desenvolvimento do deficiente visual, Brasil (2000, p.13), diz que:

À família, base do desenvolvimento do ser humano, cabe à tarefa de oferecer ao portador de deficiência visual condições para seu crescimento como indivíduo, tornando-o capaz de ser feliz e produtivo, dentro de sua realidade, de suas potencialidades e de seus limites. Embora nem sempre seja fácil, a família precisa entender que o portador de deficiência é, antes de tudo e acima de tudo, uma **pessoa total**, evitando focalizar a atenção na cegueira, ou na baixa capacidade visual.

Conforme a citação é visível que a família tem um papel muito importante para o desenvolvimento de habilidades das crianças e adolescente com deficiência. Não é só colocar o aluno na escola, é também participar ativamente do aprendizado do mesmo, é transformar o lar em um espaço formativo. A família é um primeiro estágio de socialização, deve oferecer segurança para o desenvolvimento das competências necessárias para a vivência em sociedade.

Esta relação, como defende Durkheim, é uma primeira socialização que o indivíduo terá e carregará consigo em suas conexões posteriores e nas relações em comunidade e entende que a escola tem a função de coagir e disseminar difundir os valores da sociedade para o indivíduo e isto se conclui em todas as etapas da vida social. Especialmente, no processo educacional e nas relações de ensino-aprendizagem das crianças. Deste modo, este estudo autorizará a compreensão dos componentes indispensáveis entre família, escola e participação no processo educacional em uma perspectiva inclusiva.

Outro ponto que é importante destacar é que é inexistente uma preparação adequada dos professores chamados titulares para trabalhar com esse tipo de público, isso ficou visível nas falas dos mesmos, existe um despreparo. Mesmo tendo todo mês uma formação de professores, onde a professora Francelma participa de um processo de formação continuada para atuar na educação especial, os demais professores participam da formação voltada apenas para sua área de atuação. Os professores não são preparados para atender as especificidades de alunos com necessidades especiais, as metodologias de ensino, acabam se centralizando em práticas sem inovação e mecanicistas.

Todo mês ocorre um dia de formação continuada para os professores da rede pública de ensino de São Bernardo – MA. Nessa formação os professores são separados por

área de formação e atuação em sala de aula, nesse caso, os professores que atuam na área de educação especial/inclusiva recebem o treinamento com professores com formação específica.

Como é possível observar na fala da supervisora, Prof.^a Conceição diz que:

“Depois que a gente fez o encaminhamento desses professores, na qual tem essa formação continuada, e não é a formação inicial, pois, em São Bernardo tem a formação inicial de dois dias, e depois tem a formação continuada que é duas vezes por mês. A partir dessa iniciativa já se tem conseguido resultados que eu considero fantásticos, pois, crianças e adolescentes que não sabiam escrever um A, agora já estão conseguindo dominar a escrita, isso é uma grande conquista” (Entrevista realizada no dia 12/10/2019 às 14h30minh).

É preciso acreditar que uma educação e propriamente uma sociedade inclusiva é possível, como enfatiza Nascimento (2004, p.45):

A sociedade inclusiva é, sim, possível, e, sem dúvida, será uma sociedade melhor não apenas para as pessoas com deficiências, com deficiências significativas, precariamente ou marginalmente incluídas, mas será uma sociedade muito melhor, muito mais digna, para todos nós (NASCIMENTO, 2014, p. 45).

Com base na citação do autor, é preciso que acreditar e trabalhar ativamente, para existência de uma sociedade efetivamente democrática, na qual todos tenham uma vida decente, fazendo da inclusão escolar uma realidade. Segundo Neto et al (2018), a inclusão é possível e deve ser uma busca constante dentro de uma educação democrática que garanta o direito de todos. Conforme o contexto escolar analisado um processo inclusivo ainda se encontra a passos lentos, precisa de uma estrutura curricular que forneça as metodologias educacionais necessárias para o atendimento das especificidades dos alunos. Desse modo, sabe-se que há um longo percurso pela frente para que a inclusão escolar seja plena e, com um trabalho pedagógico especializado, corpo docente comprometido e capacitado é possível alcançar o ensino inclusivo, assim como, uma sociedade inclusiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo versou acerca de uma reflexão sobre o processo inclusivo de crianças especiais no ensino regular, na Escola Municipal Prefeito José Ferreira de Sousa, localizada no povoado Currais, zona rural do município de São Bernardo – MA. Desse modo, se conseguiu realizar uma análise das possibilidades e desafios da inclusão de crianças com necessidades especiais, das metodologias utilizadas em salas de aulas, dos recursos disponíveis na escola, da forma de construção do conhecimento que atenda ao modelo educacional inclusivo.

Com base nas reflexões e análises dos relatos dos entrevistados, o desenvolvimento de metodologias e recursos didáticos direcionados ao atendimento das necessidades dos alunos especiais é um elemento importante para a concretização do processo de ensino aprendizagem dos alunos. Pois, para construir uma educação direcionada ao processo inclusivo é necessário ir além da integração de alunos com necessidades especiais em salas regulares, é preciso torna o ambiente escolar um espaço onde todos, inclusive os alunos que não possuem nenhuma deficiência possam usufruir de uma educação igualitária, inclusiva e transformadora.

A ausência de material apropriado para um trabalho inclusivo caracteriza-se como um desafio que dificulta o trabalho com as diferentes necessidades dos alunos. Assim, a ausência de materiais pedagógicos que possam promover o processo de ensino- aprendizagem dos alunos, bem como a necessidade de formação continuada dos professores já que muitos se sentem despreparados para lecionar aulas com alunos de diferentes necessidades especiais.

Sobre a disponibilidade de recursos diferenciados de ensino, estes precisam ser confeccionados pelos professores diante da necessidade do aluno. Mas, é visível que os professores da Escola Municipal Prefeito José Ferreira de Sousa, não estão concebendo esse processo de produção do recurso pedagógico dentro do processo de ensino. Gerando uma dicotomia entre o que se configura na supervisão municipal sobre inclusão e o que realmente ocorre no ambiente escolar.

Outro ponto importante é que não se identificou uma atuação conjunta entre a professora auxiliar do aluno deficiente e, aos demais professores que atuam em sala de aula nas suas respectivas áreas de atuação. Isso se apresenta como um fator que dificulta o processo inclusivo do aluno com alguma deficiência, pois, para a efetivação de uma educação

inclusiva é necessário que os agentes que se participam do cotidiano do aluno, trabalhem de modo ativo e colaborativo para a construção de medidas que estimulem a promoção da autonomia e independência do aluno deficiente. É preciso compreender que a inclusão de pessoas portadoras de alguma necessidade especial no ensino regular é fazê-las sentirem-se integrantes da escola num sistema único de educação.

Portanto, a adoção de um modelo inclusivo pela escola exige o desenvolvimento de ações receptivas, que provoquem a interação entre as crianças e profissionais que participam deste processo. Desse modo, torna-se importante criar espaços inclusivos que venham oferecer atendimento de qualidade as crianças. Um desses espaços é uma sala de recursos multifuncionais, com equipamentos, materiais didáticos e pedagógicos que ajudam a desenvolver as habilidades dos alunos, da mesma forma que é essencial se ter recursos educacionais como livros didáticos e paradidáticos em braile. Outro fator importante, para a possibilidade de espaços inclusivos, é a criação de uma equipe multidisciplinar composta tanto por agentes educacionais como também da saúde.

REFERÊNCIA

ANDREGHETTI, Eduardo et al. Inclusão social do deficiente visual - experiência e resultados de Assis. **Arq Bras Oftalmol.** 2009;72(6):776-82.

ALVES, Edinéia Silva. **Escola e Comunidade:** juntos construindo um espaço para a formação do cidadão. Curso de Extensão Educação, Pobreza e Desigualdade Social, UFMA, 2018.

ARANHA, Maria Salete Fábio. **Projeto Escola Viva: garantindo acesso e permanência de todos os alunos na escola:** necessidades educacionais especiais dos alunos. Brasília: 2005. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/visaohistorica.pdf>>. Acesso em: 03 mar. 2016.

BRASIL. DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 05/06/2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação Inclusiva:** Documento Subsidiário à Política de Inclusão. Brasília: MEC, SEESP, 2005.

BRASIL. Lei nº9394, de 20 de dezembro de 1996 (Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil-03/Leis/19394>. Acesso em: 04/06/2019.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação Inclusiva:** Documento Subsidiário à Política de Inclusão. Brasília: MEC, SEESP, 2005.

BRASIL. **Direito à educação:** subsídios para a gestão dos sistemas educacionais. Orientações gerais e marcos legais. Brasília: 2004. 353 p.

BRASIL, Ministério das Cidades. Política Nacional de Mobilidade Urbana. 2013.

BRASIL, **Cartilha do Censo 2010** – Pessoas com Deficiência. Luzia Maria Borges Oliveira. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) / Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD) / Coordenação Geral do Sistema de Informações sobre a pessoa com Deficiência; Brasília: SDH-PR/SNPD, 2012.

BRASIL. **Deficiência visual.** Marta Gil (org.). – Brasília: MEC. Secretaria de Educação a Distância, 2000.

BRITO, Rayssa Maria Anselmo de. LUCENA, Ricardo de Figueiredo. Percurso histórico da pessoa com deficiência: entre paradigmas e reconfigurações. **Revista Educare**, João Pessoa, PB, v. 2, .2, p. 269-290, jul./dez. 2018. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/educare> Acesso em: 24/07/2019.

BRIANT, Maria Emília Pires. OLIVER, Fátima Corrêa. Inclusão de crianças com deficiência na escola regular numa região do município de São Paulo: conhecendo estratégias e ações. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v.18, n.1, p. 141-154, Jan.-Mar., 2012.

DAMASCENO, Amanda Nara Soares. O estigma na visão de Ervin Goffman e o Princípio da Igualdade. 2004.

DURKHEIM, Émile. **Educação e Sociologia**. 3ª ed. Tradução de Stephania Matousek. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. (Coleção Textos Fundantes de Educação).

CARVALHO, R. E. Educação Inclusiva: com os pingos nos “is”. 5. ed. Porto Alegre: Mediação, 2007.

CORRENT, Nikolas. Da antiguidade a contemporaneidade: a deficiência e suas concepções. 2019.

CURY, Augusto Jorge. Pais brilhantes, professores fascinantes. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

CUNHA, M. S. Ensino da língua portuguesa na perspectiva da inclusão do aluno cego no nível fundamental. 2015. 173 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Pós Graduação em Educação. Universidade Federal de Sergipe. 2015.

DELLANI, Marcos Paulo. MORAES, Deisy Nara Machado de. Inclusão: caminhos, encontros e descobertas. **Revista de Educação do IDEAU**. Vol. 7 – Nº 15 - Janeiro - Junho 2012.

DINIZ, Débora; BARBOSA, Livia; SANTOS, Wederson Rufino. Deficiência, direitos humanos e justiça. **Sur, Rev.int. direitos humanos**, vol.6, no. 11, dez.2009.

DUPONT LÓ, Judithe Eva. Uma escola para todos e para cada um: escola inclusiva, uma comunidade de aprendizes. **Conjectura**, Judith Eva Dupont Ló, v. 15, n. 1, jan./abr. 2010.

FARIAS, Roseane Rabelo Souza; LOPES, Thais Andrea Carvalho de Figueirêdo. As Pessoas com Deficiência no Contexto da Educação Escolar Brasileira. **Revista HISTEDBR**. On-line, Campinas, nº 65, 2015. Disponível em: <<https://www.fe.unicamp.br/revistas/ged/histedbr/article/view/7359/6176>>. Acesso em: 25/07/2019.

FRIAS, Elzabel Maria Alberon. MENEZES, Maria Chistine Berdusco. **INCLUSÃO ESCOLAR DO ALUNO COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS: contribuições ao professor do Ensino Regular**. 2008. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1462-8.pdf>. Acesso em: 05/06/2019.

GOFFMAN, Erving. Estigma – Notas sobre a Manipulação da Identidade Deterioradora. Trad. Mathias Lambert, (2004) – 4º ed., Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1981.

GUGEL, Maria Aparecida. **A pessoa com deficiência e sua relação com a história da humanidade**. Ampid (associação Nacional dos Membros do ministério Público de defesa dos Direitos dos idosos e Pessoas com Deficiência), 2015. Disponível em http://www.ampid.org.br/ampid/Artigos/PD_Historia.php Acesso em: 21/07/2019.

KARAGIANNIS, A. STAINBACK, S. & STAINBACK, W. Fundamentos do ensino inclusivo. In: STAINBACK, S. & STAINBACK, W. **Inclusão: Um guia para educadores.** Tradução de Magda França Lopes. Porto Alegre: Artmed Editora S.A., 1999. p. 21 – 34.

KELMAN, Celeste Azulay. **Significação e Aprendizagem do aluno surdo.** In: MARTÍNEZ, Albertina Mitjáns. TACCA, Maria Carmem Villela Rosa. Orgs. Possibilidades de Aprendizagem: ações pedagógicas para alunos com dificuldade e deficiência. Campinas, SP: Editora Alínea, 2011.

LEITE, Flavia Piva Almeida. A convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência: amplitude conceitual. **Revista de Direito Brasileira.** Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 31-53, jul/dez 2012.

LIBÂNIO, José Carlos. **Didática e práticas de ensino e a abordagem da diversidade sociocultural na escola.** Fortaleza: ENDIPE, 2014. Disponível em <professor.pucgoias.edu.br/.../Fortaleza%20ENDIPE%20Libâneo.docx> Acesso em 29/10/2019.

MAIOR, Izabel. História, Conceito e tipos de deficiência. 2018. Disponível em: <http://violenciaedeficiencia.sedpcd.sp.gov.br/pdf/textosApoio/Texto1.pdf>. Acesso em: 25/07/2019.

MARQUES, Marcley da Luz. A prática pedagógica no ensino de libras. XIII Congresso Nacional de Educação – EDUCERE, 28 a 31 de agosto de 2017 na cidade de Curitiba/Paraná. Disponível em: <http://educere.bruc.com.br>. Acesso em: 21/05/2019.

MARTINS, L. A. R.; et al. **Inclusão: compartilhando saberes.** 3. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2008.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** — São Paulo: Moderna, 2003.

MIRANDA, Marcelo Henrique Gonçalves de. **Magistério Masculino (re)despertar tardio da docência.** Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2011.

NASCIMENTO, L. B. P. **A importância da inclusão escolar desde a educação infantil.** 2014. 49 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Pedagogia). Departamento de Educação – Faculdade Formação de Professores. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2014.

NETO, Antenor de Oliveira Silva. Educação inclusiva: uma escola para todos. **Revista Educação Especial** | v. 31 | n. 60 | p. 81-92 | jan./mar. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial> Acesso em: 05/06/2019.

NEGREIROS, Dilma de Andrade. **Acessibilidade Cultural: por que, onde, como e para quem?** Rio de Janeiro, 2014.

NOGUEIRA, Cláudio Marque Martins. NOGUEIRA, Maria Alice. A sociologia da educação em Pierre Bourdieu: limites e contribuições **Educação & Sociedade.** São Paulo, n. 78, 2002.

LIVEIRA, Ângela Araújo de. BORTOLETTO, Lucélia Aparecida. KINJO, Marina Melgarejo Nunes. BERTOLAZO, Mirian Inácio de Campos. **Leitura na escola: espaço para gostar de ler.** Instituto de Ensino Superior da FUNLEC – IESF, 2016.

PAULA, Gislaine Fabricio Mello de. SILVA, Sandra Saete Camargo. Educação inclusiva e as adaptações curriculares e Metodológicas: um caminho a ser percorrido. In: Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor. **Cadernos PDE**, Versão Online, 2016.

RODRIGUES, Ana Paula Neves. LIMA, Cláudia Araújo de. A história da pessoa com deficiência e da educação especial em tempos de inclusão. **Interritórios, Revista de Educação.** Caruaru, Brasil, v. 3, 2017.

RODRIGUES, Daniela da Silva *et al.* Caracterização das pessoas com deficiência em Idade economicamente ativa e mapeamento das Instituições de assistência atuantes no município de São Carlos. **Cadernos de Terapia Ocupacional** da UFSCar, São Carlos, Jul-Dez 2009, v. 17, n.2, p 107-118.

SASSAKI, Romeu K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos.** 7. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2006.

SILVA, Aline Elizabety da. CONTRERAS, Humberto Silvano Herrera. A Inclusão de crianças com deficiência nas escolas regulares. **Ensaio Pedagógicos**, v.7, n.1, Jan/Jun 2017.

SILVA, Clara Gomes Veloso da, et al. O direito a acessibilidade visual a luz da lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência. Belo Horizonte, 2017.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. **Inclusão: um guia para educadores.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

APÊNDICE A –



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO - UFMA
CAMPUS DE SÃO BERNARDO
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS/SOCIOLOGIA

APÊNDICE A – Termo de Autorização da Instituição

II. mo Sr. (a) Diretor (a): **Raquel Freire**

Prezado (a) Sr (a).

Venho por meio deste, solicitar autorização para realiza uma pesquisa, nesta instituição de ensino. O Objetivo da pesquisa é de analisar o processo de inclusão de crianças especiais na rede pública de ensino regular de São Bernardo - MA. A partir da entrevista com professores da escola Unidade Integrada Dr. Gastão Dias Vieira do turno vespertino, localizada na zona rural do Município de São Bernardo – MA.

As informações serão coletadas através de entrevistas semi-estruturadas. A investigação trata-se de uma pesquisa para monografia de Trabalho de conclusão de Curso de Ciências Humanas/Sociologia do Campus de São Bernardo, da Universidade Federal do Maranhão – UFMA. Conta com a orientação do professor Dr. Washington Tourinho Junior.

Aline Silva Albuquerque

Aline Silva Albuquerque (Pesquisadora)

São Bernardo, 10 de Outubro de 2019

Eu *Raquel Freire* concordo que esta pesquisa seja realizada nesta instituição.

 (Assinatura)

APÊNDICE B –



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO - UFMA
CAMPUS DE SÃO BERNARDO
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS/SOCIOLOGIA

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Identificação:

Nome: _____

Onde você mora? _____

Nível de Escolaridade: _____

Área de formação: _____

Função: _____

Idade: _____ anos Gênero: () Feminino () Masculino

1. Quais materiais são disponibilizados na escola para o processo educacional?
2. Quais métodos de transmissão do conhecimento?
3. Como estão divididos os níveis de aprendizado?
4. Como são distribuídos nas salas? Existe um critério?
5. Como você observam os alunos especiais?
6. Como ocorre o grau de retenção e de aprendizagem?

Entrevista realizada em ____ / ____ / _____

Horário: _____

Local: _____

APÊNDICE C – Termo de Autorização Assinados


UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
Fundação instituída nos termos da Lei nº 5.152, de 21/10/1966 – São Luís - Maranhão.

Licenciatura em Ciências Humanas/Sociologia
Campus São Bernardo

AUTORIZAÇÃO

Eu (nome do(a) entrevistado(a)) Raquel Freire
 brasileiro(a), (estado civil) Casada, residente e domiciliado no município de, P. Perceiros, na rua,
 , nº _____, portador do RG- _____, CPF _____, autorizo a aluna Aline Silva
 Albuquerque, concludente do curso de Licenciatura em Ciências Humanas/Sociologia, da Universidade Federal
 do Maranhão, Campus São Bernardo, a utilizar as informações por mim prestadas, para a elaboração de
 seu Trabalho de Conclusão de Curso, que tem como título **EDUCAÇÃO E INCLUSÃO: uma análise
 do processo de inclusão de crianças especiais na escola Unidade Integrada Dr. Gastão Dias
 Vieira**, sendo orientado pelo Prof. Dr. Washington Tourinho Júnior do referido curso e campus.
*Informamos também que os depoimentos realizados serão para uso exclusivo na pesquisa
 supracitada e que os dados recolhidos obedecerão as normas e regras de sigilo, sendo as referidas
 entrevistas apresentadas aos depoentes antes da sua utilização no texto do Trabalho de Conclusão de
 Curso.*

São Bernardo 09 de dezembro de 2019

Raquel Freire
 Assinatura do entrevistado

"A Universidade que cresce com
 inovação e inclusão social"

Campus São Bernardo - Rua Projetada, s/n, Bairro Planalto - São Bernardo - MA
 CEP: 65550-000 Campus São Bernardo
 Fones: (98) 3477- 1513 (Direção) 3477-1526 (Coordenação) 3477-1010 (Secretaria)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
 Fundação Instituída nos termos da Lei nº 5.152, de 21/09/1966 - São Luís - Maranhão.

Licenciatura em Ciências Humanas/Sociologia
 Campus São Bernardo

AUTORIZAÇÃO

Eu (nome do(a) entrevistado(a)) *Maria da Conceição G. da Silva*,
 brasileiro(a), (estado civil) *solteira*, residente e domiciliado no município de *São Bernardo* na rua,
Henrique Inácio portador do RG- _____, CPF _____, autorizo a aluna Aline Silva
 Albuquerque, concludente do curso de Licenciatura em Ciências Humanas/Sociologia, da Universidade Federal
 do Maranhão, Campus São Bernardo, a utilizar as informações por mim prestadas, para a elaboração de
 seu Trabalho de Conclusão de Curso, que tem como título **EDUCAÇÃO E INCLUSÃO: uma análise
 do processo de inclusão de crianças especiais na escola Unidade Integrada Dr. Gastão Dias
 Vieira**, sendo orientado pelo Prof. Dr. Washington Tourinho Júnior do referido curso e campus.
*Informamos também que os depoimentos realizados serão para uso exclusivo na pesquisa
 supracitada e que os dados recolhidos obedecerão as normas e regras de sigilo, sendo as referidas
 entrevistas apresentadas aos depoentes antes da sua utilização no texto do Trabalho de Conclusão de
 Curso.*

São Bernardo *10* de *dezembro* de 2019

M. da Conceição Gomes da Silva

Assinatura do entrevistado

"A Universidade que cresce com

Campus São Bernardo - Rua Projetada, s/n, Bairro Planalto - São Bernardo - MA *inovação e inclusão social*
 CEP: 65550-000 Campus São Bernardo
 Fones: (98) 3477- 1513 (Direção) 3477-1526 (Coordenação) 3477-1010 (Secretaria)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
Fundação instituída nos termos da Lei nº 5.132, de 21/01/1966 - São Luís - Maranhão.

Licenciatura em Ciências Humanas/Sociologia
Campus São Bernardo

AUTORIZAÇÃO

Eu (nome do(a) entrevistado(a)) M^a de Socorro Santos
brasileiro(a), (estado civil) casada, residente e domiciliado no município de, P. Cocal da Cruz, na rua,
, nº _____, portador do RG- _____, CPF _____, autorizo a aluna Aline Silva
Albuque, concludente do curso de Licenciatura em Ciências Humanas/Sociologia, da Universidade Federal
do Maranhão, Campus São Bernardo, a utilizar as informações por mim prestadas, para a elaboração de
seu Trabalho de Conclusão de Curso, que tem como título **EDUCAÇÃO E INCLUSÃO: uma análise
do processo de inclusão de crianças especiais na escola Unidade Integrada Dr. Gastão Dias
Vieira**, sendo orientado pelo Prof. Dr. Washington Tourinho Júnior do referido curso e campus.
*Informamos também que os depoimentos realizados serão para uso exclusivo na pesquisa
supracitada e que os dados recolhidos obedecerão as normas e regras de sigilo, sendo as referidas
entrevistas apresentada aos depoentes antes da sua utilização no texto do Trabalho de Conclusão de
Curso.*

São Bernardo 9 de dezembro de 2019

M^a de Socorro Santos
Assinatura do entrevistado



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
Fundação instituída nos termos da Lei nº 5.152, de 21/10/1966 - São Luís - Maranhão.

Licenciatura em Ciências Humanas/Sociologia
Campus São Bernardo

AUTORIZAÇÃO

Eu (nome do(a) entrevistado(a)) *Francelma Queiroz*
brasileiro(a), (estado civil) *casada*, residente e domiciliado no município de, *paragominas*, na rua,
, nº _____, portador do RG- _____, CPF _____, autorizo a aluna Aline Silva
Albuque, concludente do curso de Licenciatura em Ciências Humanas/Sociologia, da Universidade Federal
do Maranhão, Campus São Bernardo, a utilizar as informações por mim prestadas, para a elaboração de
seu Trabalho de Conclusão de Curso, que tem como título **EDUCAÇÃO E INCLUSÃO: uma análise
do processo de inclusão de crianças especiais na escola Unidade Integrada Dr. Gastão Dias
Vieira**, sendo orientado pelo Prof. Dr. Washington Tourinho Júnior do referido curso e campus.
*Informamos também que os depoimentos realizados serão para uso exclusivo na pesquisa
supracitada e que os dados recolhidos obedecerão as normas e regras de sigilo, sendo as referidas
entrevistas apresentadas aos depoentes antes da sua utilização no texto do Trabalho de Conclusão de
Curso.*

São Bernardo *09* de *Dezembro* de 2019

Francelma Queiroz

Assinatura do entrevistado

"A Universidade que cresce com

Campus São Bernardo - Rua Projetada, s/n, Bairro Planalto - São Bernardo - MA ^{Inovação e inclusão social}
CEP: 65550-000 Campus São Bernardo
Fones: (98) 3477- 1513 (Direção) 3477-1526 (Coordenação) 3477-1010 (Secretaria)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
Fundação Instituída nos termos da Lei nº 5.152, de 21/10/1966 - São Luís - Maranhão.

Licenciatura em Ciências Humanas/Sociologia
Campus São Bernardo

AUTORIZAÇÃO

Eu (nome do(a) entrevistado(a)) Edilson Carvalho
brasileiro(a), (estado civil) casado, residente e domiciliado no município de, Santa Quitéria - MA, na rua,
, nº _____, portador do RG- _____, CPF _____, autorizo a aluna Aline Silva
Albuque, concludente do curso de Licenciatura em Ciências Humanas/Sociologia, da Universidade Federal
do Maranhão, Campus São Bernardo, a utilizar as informações por mim prestadas, para a elaboração de
seu Trabalho de Conclusão de Curso, que tem como título **EDUCAÇÃO E INCLUSÃO: uma análise
do processo de inclusão de crianças especiais na escola Unidade Integrada Dr. Gastão Dias
Vieira**, sendo orientado pelo Prof. Dr. Washington Tourinho Júnior do referido curso e campus.
*Informamos também que os depoimentos realizados serão para uso exclusivo na pesquisa
supracitada e que os dados recolhidos obedecerão as normas e regras de sigilo, sendo as referidas
entrevistas apresentada aos depoentes antes da sua utilização no texto do Trabalho de Conclusão de
Curso.*

São Bernardo 09 de dezembro de 2019

Edilson Carvalho

Assinatura do entrevistado

"A Universidade que cresce com

Campus São Bernardo - Rua Projetada, s/n, Bairro Planalto - São Bernardo - MA
CEP: 65550-000 Campus São Bernardo
Fones: (98) 3477-1513 (Direção) 3477-1526 (Coordenação) 3477-1010 (Secretaria)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
Fundação instituída nos termos da Lei nº 5.152, de 21/10/1966 - São Luís - Maranhão.

Licenciatura em Ciências Humanas/Sociologia
Campus São Bernardo

AUTORIZAÇÃO

Eu (nome do(a) entrevistado(a)) *Ana Patricia Caldas*
brasileiro(a), (estado civil) *casada*, residente e domiciliado no município de *S. Antônio - MA*, na rua,
, nº _____, portador do RG- _____, CPF _____, autorizo a aluna Aline Silva
Albuque, concludente do curso de Licenciatura em Ciências Humanas/Sociologia, da Universidade Federal
do Maranhão, Campus São Bernardo, a utilizar as informações por mim prestadas, para a elaboração de
seu Trabalho de Conclusão de Curso, que tem como título **EDUCAÇÃO E INCLUSÃO: uma análise
do processo de inclusão de crianças especiais na escola Unidade Integrada Dr. Gastão Dias
Vieira**, sendo orientado pelo Prof. Dr. Washington Tourinho Júnior do referido curso e campus.
*Informamos também que os depoimentos realizados serão para uso exclusivo na pesquisa
supracitada e que os dados recolhidos obedecerão as normas e regras de sigilo, sendo as referidas
entrevistas apresentadas aos depoentes antes da sua utilização no texto do Trabalho de Conclusão de
Curso.*

São Bernardo *09* de *dezembro* de 2019

Ana Patricia Caldas

Assinatura do entrevistado

"A Universidade que cresce com

Campus São Bernardo - Rua Projetada, s/n, Bairro Planalto - São Bernardo - MA Inovação e Inclusão Social"
CEP: 65550-000 Campus São Bernardo
Fones: (98) 3477- 1513 (Direção) 3477-1526 (Coordenação) 3477-1010 (Secretaria)

APÊNDICE D – Entrevistas Transcritas.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO - UFMA
CAMPUS DE SÃO BERNARDO
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS/SOCIOLOGIA
ROTEIRO DE ENTREVISTA

Identificação:

Nome: *Francelma Queiroz*

Onde você mora? *Currais (povoado de São Bernardo – MA)*

Nível de Escolaridade: *Ensino Médio*

Área de formação: *Não possui formação superior*

Função: *Professora auxiliar (que atende o adolescente com deficiência)*

Idade: *32 anos* **Gênero:** **Feminino** () **Masculino**

- 1 Quais materiais são disponibilizados na escola para o processo educacional?

Os materiais são poucos, muitas vezes, só o livro didático. A escola não possui nenhum recurso adequado para trabalhar com aluno especial, disseram na formação que iriam enviar um livro próprio para trabalhar com o aluno, mas, o ano está acabando e esse livro nunca chegou.

- 2 Quais métodos de transmissão do conhecimento?

O único método é a aula mesmo, onde o aluno nem se concentra direito. E isso é complicado porque, não se os recursos e nem uma forma de ensinar esse aluno.

- 3 Como estão divididos os níveis de aprendizado?

Eu fico na sala de aula com ele. Eu ajudo ele a escrever, tipo, o professor escreve no quadro e eu escrevo em uma folha com letras maiores pra ele escrever no caderno dele. Pois, ele tem dificuldades para enxergar o conteúdo no quadro, no momento das atividades em grupo eu fico ajudando ele a realizar as tarefas. Mas, as vezes ele não fica atento a aula, ele quer ir embora cedo, é complicado. As vezes ele é muito agressivo, não me respeita, nem os colegas da sala.

- 4 Como são distribuídos nas salas? Existe um critério?

Bom, não tem nenhum critério de seleção das turmas não. Acontece que, o aluno com deficiência ele é introduzido nas salas com os outros alunos, aí além do professor titular da sala, tem a professora auxiliar, que sou eu. Que ajuda o aluno a realizar suas tarefas escolares, é assim que funciona.

5 Como você observam os alunos especiais?

Sabe eu vejo como pessoas que podem viver normalmente, que podem se desenvolver. Mas, no caso do Carlos, falta ajuda da família, que deixa muito a desejar no processo de ensino. Tipo, a agressividade dele é porque em casa ele desse jeito, não atende os pais. Eu até acho as vezes que ele não tem só deficiência visual, porque ele não fala direito as vezes, mas, a mãe dele que é só visão baixa. Quando eu estava preenchendo o formulário dele, ela disse é só o problema da visão. Mas, tem a questão que ele não respeita ninguém, aí é complicado. Se ele tivesse um melhor acompanhamento familiar e frequentasse a APAE o desenvolvimento seria bem melhor.

6 Como ocorre o grau de retenção e de aprendizagem?

Nem sei como avaliar isso, pois, o aluno que eu ajudo ele não tem demonstrado muito aprendizado. Acho que por conta do problema dele com a visão, e os pais não levam ele ao médico pra olhar como está a questão das lentes de contato que ele usa colocada nele em uma cirurgia, pois, a mãe dele disse que a lente está meio torta, mas, ainda não levou ele ao médico. Ai, desse jeito é tão complicado, porque o aluno não conseguiu evoluir, pior é que o pai dele trabalha na área da saúde, é agente de saúde, sabe ele tem conhecimento das coisas, poderia ajudar mais no desenvolvimento do menino.

Entrevista realizada em: 05/10/2019

Horário: 15:30h

Local: Casa da Professora



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO - UFMA
CAMPUS DE SÃO BERNARDO
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS/SOCIOLOGIA
ROTEIRO DE ENTREVISTA

Identificação:

Nome: *Ana Patrícia Caldas*

Onde você mora? *Santa Quitéria - MA*

Nível de Escolaridade: *Ensino superior completo*

Área de formação: *Geografia*

Função: *Professora*

Idade: *35 anos* Gênero: Feminino () Masculino

1. Quais materiais são disponibilizados na escola para o processo educacional?

Temos poucos materiais, principalmente, para realizar atividades mais dinâmicas. Contamos com alguns recursos multimídias, mas, que as vezes não dar pra usar, pôr o horário ser muito curto, ou por só ter um data show, as vezes outro professor já está utilizando, aí fica difícil.

2. Quais métodos de transmissão do conhecimento?

Na verdade, as aulas expositivas são o método mais utilizado para a formação do conhecimento dos alunos e, eu sei que isso dificulta bastante a criação de um trabalho inovador e coletivo”. Discurso semelhante se encontra na fala de outra professora Socorro, “os métodos são só as aulas expositivas, as vezes faço uma aula de campo. É isso, cada professor pensar em suas estratégias de ensinar.

3. Como estão divididos os níveis de aprendizado?

Os níveis de aprendizado são divididos em séries, não existe outro modelo não. A verdade é que não existe nada que possibilite a inserção do aluno com deficiência de modo eficaz, pois, os mesmos são apenas colocados em salas com alunos sem deficiência e pronto, já pensam que isso é inclusão. E, não é bem assim, é mais complicado que isso, se bem que nossa escola aqui não possui muito que oferecer para esses alunos e, isso é triste.

4. Como são distribuídos nas salas? Existe um critério?

É como eu já mencionei agora pouco, os alunos especiais são apenas colocados em salas com alunos sem deficiência. Não existe critério de seleção, os alunos apenas são matriculados em séries de aprendizado, não existe um quesito avaliativo para identificar alguma deficiência no aluno. Não sei em outras escolas, mas, aqui não tem nenhum.

5. Como você observam os alunos especiais?

São alunos que precisam de um atendimento especializado para o seu aprendizado, pois eles podem aprender. Mas, você ver que aqui na escola é complicada a situação, não se tem nenhum tipo de material apropriado para atender esse tipo de aluno. Só tem a professora que fica na sala ajudando o aluno, mas, nada de mais, não tem recursos.

6. Como ocorre o grau de retenção e de aprendizagem?

No geral, os alunos possuem um rendimento moderado, mas, no caso do aluno especial que aqui na escola, o mesmo é atendido pela professora auxiliar. Mas, se percebe que o grau de aprendizado dele é muito lento, ele não consegue acompanhar os demais alunos. Ele não domina a leitura e nem a escrita, aí fica muito complicado, porque é nítido que não era pra estar em um 6^a ano desse, ele já tem 17 anos e não consegue compreender as coisas.

Entrevista realizada em 3/10/2019

Horário: 08:30h

Local: Escola



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO - UFMA
CAMPUS DE SÃO BERNARDO
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS/SOCIOLOGIA
ROTEIRO DE ENTREVISTA

Identificação:

Nome: *Ednilson Carvalho*

Onde você mora? *Santa Quitéria - MA*

Nível de Escolaridade: *Ensino superior completo*

Área de formação: *História*

Função: *Professor*

Idade: *35 anos* Gênero: () Feminino (x) Masculino

1. Quais materiais são disponibilizados na escola para o processo educacional?

“temos material sim, o que não temos disponíveis é xerox, tenho que gastar do próprio bolso, pois, a impressora não está funcionando. As vezes também precisa de um material diferente para alguma apresentação e não tem na escola, aí as vezes a gente compra né. Queremos fazer um bom trabalho”

2. Quais métodos de transmissão do conhecimento?

Os métodos que eu utilizo na aula são construídos de modo individual, tipo as aulas expositivas, um seminário ou um vídeo às vezes.

3. Como estão divididos os níveis de aprendizado?

Os alunos são divididos em séries, apenas isso, cada aluno é matriculado na sua série de acordo com a série cursada no ano anterior. Só isso mesmo, é assim que acontece.

4. Como são distribuídos nas salas? Existe um critério?

Do modo que já falei, de acordo com sua série, não existe outro critério. Se bem que existem alunos que não conseguem acompanhar os demais e ficam um pouco atrasados, o único aluno que tem um acompanhamento é o aluno especial do 6º ano.

5. Como você observam os alunos especiais?

Olha, eu vejo como pessoas capazes de realizar diversas atividades, dependendo do processo de ensino deles. Aqui na escola nós temos o Carlos, que tem problema na visão, tem a professora que ajuda ele nas tarefas, mas, mesmo assim, ele não consegue acompanhar. Na escola um recurso pra trabalhar com ele, é difícil inserir ele nas atividades, pois, ele tem dificuldade na leitura e escrita. Além disso, ele é um pouco agressivo e fala uns palavrões, às vezes os alunos não ficam tão próximos dele. E, isso é chato, mas, a família é a primeira a não ajudar aí complica tudo é tudo na responsabilidade do professor.

6. Como ocorre o grau de retenção e de aprendizagem?

Olha o grau de aprendizado desse aluno é bastante complicado, ele não consegue acompanhar os outros alunos. Isso é muito chato, ele tem a professora que auxilia, mas, ainda assim, é complicado, pois, ele é um rapaz agressivo, já falei isso para a diretora, a família não comparece na escola, quem frequenta mais é a mãe dele, isso às vezes, já o pai nunca vem. Não existe um plano para traças estratégias de inclusão, aqui na escola não, apenas colocam ele nas atividades, mas, eu acho que isso não apresenta eficácia, entende? Então é assim, ainda falta na escola essas políticas de inclusão, se existe, mas, não acontece direito.

Entrevista realizada em 3/10/2019

Horário: 09:30h

Local: Escola



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO - UFMA
CAMPUS DE SÃO BERNARDO
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS/SOCIOLOGIA
ROTEIRO DE ENTREVISTA

Identificação:

Nome: Maria do Socorro Santos (**Entrevistado 4**)

Onde você mora? Cocal da Cruz (povoado de São Bernardo – MA)

Nível de Escolaridade: Ensino superior completo

Área de formação: Geografia

Função: Professora

Idade: 50 anos Gênero: (x) Feminino () Masculino

1. Quais materiais são disponibilizados na escola para o processo educacional?

Temos sim, temos data show e caixa de som, o livro didático que é o mais utilizado nas aulas, pois, é bastante complicado com esses alunos que não tem atenção na aula. Olha mais mesmo assim, os materiais são bem escassos, muitas das vezes sendo o livro didático a principal ferramenta.

2. Quais métodos de transmissão do conhecimento?

Os métodos são só as aulas expositivas, as vezes faço uma aula de campo. É isso, cada professor pensar em suas estratégias de ensinar.

3. Como estão divididos os níveis de aprendizado?

Na verdade, os níveis de aprendizado são divididos conforme anos escolares, de 6º ao 9º ano. É assim que é feito, no momento da matrícula, e assim que a escola se organiza.

4. Como são distribuídos nas salas? Existe um critério?

Aqui só tem um aluno especial, que estuda no 6º ano, não existe nenhum critério. Isso é mais com a diretora, esse negócio de matrícula, apenas sabemos dos alunos no primeiro dia de aula.

5. Como você observam os alunos especiais?

Eu observo como pessoas que são capazes de viver em sociedade, podem desenvolver diversas capacidades. Os alunos especiais precisam ser valorizados e atendidos de modo adequado. Mas,

a gente ver a realidade da comunidade e da escola, não oferece suporte para esse tipo de coisa, aí fica difícil incluir.

6. Como ocorre o grau de retenção e de aprendizagem?

Esse aluno especial, apresenta dificuldades para acompanhar os demais alunos, não conseguiu interagir com os demais, às vezes, ele é meio agressivo e os meninos tem medo dele. Ele não se concentra nos assuntos, mesmo com a ajuda da professora que fica auxiliando ele nas atividades.

Entrevista realizada em 4/10/2019

Horário: 09:30h

Local: Escola



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO - UFMA
CAMPUS DE SÃO BERNARDO
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS/SOCIOLOGIA
ROTEIRO DE ENTREVISTA

Identificação:

Nome: *Raquel Freire*

Onde você mora? *Porções (povoado de São Bernardo – MA)*

Nível de Escolaridade: *Ensino superior completo*

Área de formação: *Língua Portuguesa / Filosofia*

Função: *Diretora*

Idade: *48 anos* Gênero: Feminino () Masculino

1. Quais materiais são disponibilizados na escola para o processo educacional?

A escola tem recursos, não são muitos, mas temos, temos um data show, um notebook, uma impressora, caixa de som. E, tentamos nos arrancar com o que temos, e vai dando certo. Tentamos fazer o possível para auxiliar os professores materiais.

2. Quais métodos de transmissão do conhecimento?

Os professores ensinam por meio das aulas expositivas, seminários e às vezes tem exposição de filmes. Agora também, uma vez por mês realizamos um simulado com questões que envolvem todas as disciplinas. E serve para avaliar o nível de aprendizado do aluno, pode-se dizer que os resultados estão um nível regular, ainda precisa melhorar.

3. Como estão divididos os níveis de aprendizado?

Nós dividimos em salas de acordo com suas séries de ensino. É assim que acontece, cada aluno conforme a série cursada no ano anterior. Desse modo, se consegue organizar os materiais para trabalhar o aprendizado dos alunos conforme seu nível de aprendizado.

4. Como são distribuídos nas salas? Existe um critério?

O critério é sua série, até porque só temos um aluno especial, ele está inserido na sala do 6º ano, tem uma professora auxiliar que ajuda ele a fazer suas atividades. É assim, a gente faz o que está ao nosso alcance, as vezes é pouco, mais é o que se consegue fazer.

5. Como você observam os alunos especiais?

Os alunos especiais são pessoas que precisam ser bem atendidos, eles têm capacidade de viver em sociedade. Mas, ainda existe muitas pessoas preconceituosas, que não respeitam o próximo. Aqui na escola temos a professora que atende um aluno especial, tentamos fazer o possível para ajudar. A gente sabe que os recursos disponíveis são poucos, mas, damos sempre um jeito. Mas, uma coisa importante é a participação da família, que ainda é muito pouca, para ajudar nesse processo de aprendizado, eles não ligam, é difícil. No caso, o Demolidor tem muita dificuldade com a leitura e escrita, o mesmo não compreende. Por conta dessa dificuldade ele ficou fora da escolar por um período de três anos. Na época que ele estudava o 6º ano em 2016, ainda não tinha incentivo para um atendimento especializado para crianças especiais. Acho que como a não tinha quem auxiliasse ele, a sua mãe decidiu que era melhor ele sair da escola. Ele retornou aos estudos somente esse ano.

6. Como ocorre o grau de retenção e de aprendizagem?

Os professores falam que ele tem dificuldade pra assimilar o conteúdo passado em sala de aula. Ele não consegue participar como os demais alunos, ele não se concentra, às vezes é agressivo e gosta de implicar com os outros alunos. O grau de aprendizado dele é muito baixo em relação aos demais alunos, mesmo assim, sempre estamos tentando incluir ele nas atividades.

Entrevista realizada em 10/10/2019

Horário: 14:30h

Local: Escola



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO - UFMA
CAMPUS DE SÃO BERNARDO
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS/SOCIOLOGIA
ROTEIRO DE ENTREVISTA

Identificação:

Nome: *Conceição Gomes*

Onde você mora? *São Bernardo – MA*

Nível de Escolaridade: *Ensino superior completo*

Área de formação: *Especialização em Educação Especial/Inclusiva*

Função: *Supervisora Pedagógica da Educação Especial*

Idade: *Não quis dizer* Gênero: (x) Feminino () Masculino

1. Quais materiais são disponibilizados na escola para o processo educacional?

Olha, o que acontece, em relação aos materiais, são os materiais digamos “normais” que temos nas escolas. Sabemos que, cada aluno dependendo de sua deficiência o professor vai ter que trabalhar com algum material que seja adaptado, quando isso acontece, a maioria dos professores confecciona com alguns que a escola dispõe, conforme a necessidade daquele aluno. É dessa forma que acontece.

2. Quais métodos de transmissão do conhecimento?

Olha, como eu te falei, se aluno X tem deficiência X e o professor conforme aquele conteúdo que ele trabalha vê a necessidade de estar elaborando um material pra tá trabalhando, ele vai elaborar conforme aquele aluno, entendeu? Que a gente até fala do PDI que é o plano individualizado para aquele aluno que exige aquela X situação a ser trabalhado com aquele aluno. No qual esses alunos tem o professor auxiliar pra ele, que trabalha na sala junto com professor que a gente pode tá categorizando de titular da sala.

3. Como estão divididos os níveis de aprendizado?

É como eu te falei, em relação ao aluno tá chegando, se o aluno X em idade X a gente sempre tá colocando ele naquela série conforme a idade dele. É claro que a casos assim, se o aluno é

deficiente digamos que tem 14 ou 15 anos e nunca frequentou uma escola, ai já é um caso que a gente vai trabalhar diferenciado. Em relação a esses alunos, aluno tem idade X, tá naquela série X aí, como eu já lhe falei entra o professor auxiliar junto com o professor titular trabalhando com o PDI que é o plano individualizado para aquele aluno e, isso dependendo da deficiência do aluno. Por que um deficiente visual se não tem o cognitivo comprometido ela vai precisar de uma certa forma tá trabalhando esse planejamento diferente entendeu? Não. Ele vai do mesmo jeitinho dos outros vai ser trabalhado igual com ele. No caso do surdo não vai ter essa diferenciação digamos de disciplina só vai ter um interprete de libras em sala de aula, não vai ser usado o PDI o plano diferenciado. O professor auxiliar junto com o professor da sala que eles irão elaborar esse planejamento, esse plano para o aluno, tanto que os professores participam das reuniões e planejamento na escola.

4 Como são distribuídos nas salas? Existe um critério?

É como eu já falei, aluno X, é colocado em série X conforme sua idade. Mas, tem casos diferenciados, que precisam de mais atenção.

5 Como você observam os alunos especiais?

Vejo eles como pessoas com grande potencial que precisa ser desenvolvido. Com grandes possibilidades de desenvolvimento. São pessoas que necessitam de um atendimento diferenciado para poderem desenvolver as habilidades para viverem em sociedade.

6 Como ocorre o grau de retenção e de aprendizagem?

Olha, sendo sincera, vejo um grande avanço, alunos que não sabiam nem o alfabeto, agora já sabem, isso é um passo muito grande para a educação inclusiva. Depois que a gente fez o encaminhamento desses professores, na qual tem essa formação continuada, e não é a formação inicial, pois, em São Bernardo tem a formação inicial de dois dias, e depois tem a formação continuada que é duas vezes por mês. A partir dessa iniciativa já se tem conseguido resultados que eu considero fantásticos, pois, crianças e adolescentes que não sabiam escrever um A, agora já estão conseguindo dominar a escrita, isso é uma grande conquista.

Entrevista realizada em 12/11/2019

Horário: 14:30h

Local: Secretaria de Educação